



# Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Osvaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Asumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1994**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às 10 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Dufilio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emilia Belinati, João Preis, José Afonso Júnior, Nelson Justus e Nilton Servo (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata das Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 166/94

Curitiba, 15 de dezembro de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo sobre a estruturação, organização e funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, que trata a Lei Complementar nº 55, de 04 de fevereiro de 1991.

A medida ora encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Admi-

nistração, eis que, atendendo disposições da Magna Carta, expressa em seu art. 134 e da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, visa dotar a referenciada Instituição dos mecanismos necessários e indispensáveis ao pleno exercício de suas funções jurisdicionais.

Para melhor entendimento do assunto, segue, em anexo, cópia autêntica do Ofício nº 599/94, de 14 de dezembro de 1994, do Senhor Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, cujos termos ratifico plenamente, onde se contém o devido detalhamento quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade de que é revestida a presente proposição.

Certo de que o plano de lei em causa merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO  
DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 599/94

Curitiba, 14 de dezembro de 1994.  
Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, plano de lei complementar à Constituição Estadual, em atendimento ao disposto na Constituição Federal (art. 134) e Lei Complementar à Carta Magna, nº 80, de 12 de janeiro de 1994, visando a estruturação, organização e funcionamento da Defensoria Pública do Paraná.

A Defensoria Pública foi criada em nosso Estado, através da Lei Complementar 55, de 04.02.91, sem, entretanto, a criação de cargos, plano de carreira e estrutura do Órgão e, por essa razão, vem funcionando durante todos esses anos em caráter precário, com advogados do quadro próprio e do quadro geral.

Trabalhando há muitos anos na assistência judiciária e agora com a experiência na Secretaria de Justiça, pude constatar que o grande contingente dos internos dos estabelecimentos penais é constituído por réus em sua maioria reconhecidamente pobres, condenados no juízo de 1º grau, que não recorreram à instância superior.

Das duas mil e seiscentas sentenças que requisitei da Penitenciária Central do Estado, apenas pouco mais de quinhentas passaram pelo crivo do juízo de 2º grau, sendo que mais de duas mil não foram objeto de recurso.

Tenho para mim, que a Defensoria Pública aqui proposta, atuando com eficiência perante o juízo de 2º grau, no acompanhamento dos recursos, que deverão ser interpostos em maior número (o defen-

sor do interior apenas ingressará com a petição recursal, frisando as razões a cargo dos defensores públicos com atuação perante os Tribunais), em muito contribuirá para reduzir o número de condenados que cumprem pena nos estabelecimentos penais.

Para tanto, bastaria que a Defensoria Pública, neste primeiro momento, ficasse constituída com 150 defensores, sendo 30 substitutos (inicial), 90 com atuação no juízo de 1º grau (intermediário) e 30 com atuação no juízo de 2º grau (final), e pouca despesa haveria para os cofres públicos, uma vez que a Defensoria, segundo a proposta, absorverá, mediante opção, os advogados do quadro próprio e os do quadro geral (que adquirirão estabilidade no próximo dia 22), somando 85, os quais já vêm prestando serviços no Sistema Penitenciário e nas Varas Cíveis e Criminais da Capital.

Releva observar que essa absorção já foi adotada no plano federal, através da Lei Complementar nº 80, de 12.01.94 (D.O.U. - 13.1.94) e, também, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Maranhão.

Além disso, com a isonomia de vencimentos já obtida pelos Advogados do Estado com os Procuradores do Estado e destes com o Ministério Público, a opção pela carreira de Defensor Público não significará aumento de vencimentos.

Nas comarcas do interior seria mantido o sistema de convênios com os municípios para a contratação de profissionais encarregados da defesa dos necessitados.

Neste ano de 1994, o convênio funcionou a contento, com poucas exceções e, para 1995, já está consignada no orçamento a importância de R\$ 1.613.520,00 (um milhão, seiscentos e treze mil, quinhentos e vinte reais) para os encargos do convênio.

Poderia, ainda, com essa mesma verba, a critério da futura administração, ao invés de convênio com os municípios, estabelecer parceria com a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, repassando-lhe os recursos e ficando a Entidade com a responsabilidade da indicação e controle dos profissionais que se inscreverem para esse trabalho, tal como acontece nos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

A Defensoria Pública ficaria com a incumbência da prestação de assistência judiciária no juízo de 1º grau da comarca da Capital e, ainda, no juízo de 2º grau, perante os Tribunais de Justiça e de Alçada.

Apesar disso, o trabalho apresentado até hoje, embora restrito à comarca da Capital, é significativo, pois, somente no ano de 1993, foram atendidas 7.294 pessoas economicamente carentes, nas áreas civil e criminal.

Cumpra, agora, que se dê cumprimento à

exigência constitucional da prestação de assistência judiciária aos carentes, através de órgão próprio, com profissionais, meios e recursos adequados.

Penso, Senhor Governador, que seria possível cumprir essa exigência com um quadro modesto, porém bem distribuído em setores atuantes nos dois graus de jurisdição, de maneira a propiciar ao carente uma assistência tão eficiente, quanto qualificada.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) RONALDO ANTONIO BOTELHO  
Secretário de Estado da Justiça  
e da Cidadania

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Defensoria Pública do Estado do Paraná, de que trata a Lei Complementar nº 55, de 04 de fevereiro de 1991, é uma unidade administrativa do nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei.

Art. 2º - São princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 3º - São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I - promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses;

II - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

III - patrocinar ação civil;

IV - patrocinar defesa em ação penal;

V - patrocinar defesa em ação civil;

VI - atuar como Curador Especial, nos casos previstos em lei;

VII - exercer a defesa da criança e do adolescente;

VIII - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;

IX - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com recurso e meios a ela inerentes.

Parágrafo Único - As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as pessoas jurídi-

cas de direito público.

**TÍTULO II**  
**Capítulo I**  
**DA ESTRUTURA**

Art. 4º - A Defensoria Pública do Estado compreende:

- I - Órgãos de administração superior:
  - a) a Defensoria Pública-Geral do Estado;
  - b) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;
  - c) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.

II - Órgãos de Execução:

- a) os Defensores Públicos do Estado do Paraná.

**Seção I**

**DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**

Art. 5º - A Defensoria Pública do Estado, tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, preferencialmente, dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos.

Art. 6º - O Defensor Público-Geral será substituído, em suas faltas, impedimentos, licenças e férias, pelo Corregedor-Geral.

Art. 7º - São atribuições do Defensor Público-Geral:

- I - dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;
- II - representar a Defensoria Pública nos atos de sua competência;
- III - velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;
- IV - integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;
- V - propor o Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado, para aprovação por Resolução do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;
- VI - dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para seu Conselho Superior;
- VII - proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;
- VIII - instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, por recomendação do seu Conselho Superior;
- IX - determinar correições extraordinárias;
- X - convocar o Conselho Superior da

Defensoria Pública do Estado;

XI - designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízes, Tribunais ou Offícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XII - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

XIII - aplicar pena de remoção compulsória, aprovada pelo voto da maioria do Conselho Superior da Defensoria Pública, assegurada ampla defesa;

XIV - delegar atribuições na forma da lei.

**Seção II**

**DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

Art. 8º - O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é composto pelo Defensor Público-Geral e pelo Corregedor-Geral, como membros natos e por três representantes da categoria mais elevada eleitos pelo voto obrigatório, por todos os integrantes da carreira.

§ 1º - O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral, que, além do seu voto de membro, tem o de qualidade, exceto em matéria de remoção e promoção, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

§ 2º - As eleições serão realizadas em conformidade com as instruções baixadas pelo Defensor Público-Geral.

§ 3º - Os membros do Conselho Superior são eleitos para mandato de dois anos, mediante voto nominal, direto e secreto.

§ 4º - São elegíveis os Defensores Públicos do Estado que não estejam afastados da carreira.

§ 5º - São suplentes dos membros eleitos de que trata o "caput" deste artigo os demais votados, em ordem decrescente.

§ 6º - Qualquer membro, exceto os natos, pode desistir de sua participação no Conselho Superior, assumindo, imediatamente, o suplente.

Art. 9º - Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado compete:

- I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública;
- II - elaborar lista triplíce destinada à promoção por merecimento;
- III - aprovar lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;
- IV - recomendar ao Defensor Público-

-Geral a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública;

V - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar;

VI - manifestar-se sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar.

VII - manifestar-se acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira da Defensoria Pública;

VIII - decidir sobre a avaliação de estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral;

IX - decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral, por voto da maioria de seus membros, assegurada ampla defesa.

X - manifestar-se sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública que integrarão a Comissão de Concurso;

XI - recomendar correições extraordinárias;

XII - indicar os três nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que o Governador do Estado nomeie, dentre estes, o Corregedor-Geral.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Superior serão motivadas e publicadas, salvo as hipóteses legais de sigilo.

### Seção III

#### DA CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Art. 10 - O cargo de Corregedor-Geral da Defensoria Pública será exercido por Defensor Público pertencente à classe final, nomeado pelo Governador do Estado.

Art.- A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública será exercida pelo Corregedor-Geral, indicado pelo Conselho Superior e nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira.

Parágrafo Único - O Corregedor-Geral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por proposta de integrante da carreira e pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa.

Art. 12 - À Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado compete:

I - realizar correições e inspeções funcionais;

II - sugerir ao Defensor Público-Geral o afastamento de Defensor Público que esteja sendo submetido à correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar,

quando cabível;

III - avaliar o estágio probatório de membros da Defensoria Pública;

IV - receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública, encaminhando-as, com parecer, ao Conselho Superior;

V - apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;

VI - propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública e seus servidores;

VII - propor a exoneração de membros da Defensoria Pública que não cumprirem as condições do estágio probatório.

### Seção IV

#### DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO

Art. 13 - Aos Defensores Públicos do Estado incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes, especialmente:

I - atender às partes e aos interessados;

II - postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados;

III - tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível;

IV - acompanhar e comparecer aos atos processuais e impulsionar os processos;

V - interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal, quando cabível;

VI - sustentar, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública.

### Capítulo II DA CARREIRA

Art. 14 - A carreira de Defensor Público é composta de cargos efetivos necessários ao cumprimento das suas funções institucionais.

Art. 15 - A carreira de Defensor Público será estruturada em três classes assim distribuídas:

I - Classe I, Defensor Público com atuação junto ao juízo de 2º grau;

II - Classe II, Defensor Público com atuação junto ao juízo de 1º grau;

III - Classe III, Defensor Público Substituto à disposição do gabinete do Defensor Público-Geral, para exercício, mediante designação, em função de substituição.

Art. 16 - O Defensor Público do Estado atuará, junto a todos os juízos de 1º grau de jurisdição, órgãos judiciais de 2º

grau de jurisdição e Tribunais Superiores.

### Seção I

#### DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 17 - O ingresso na carreira de Defensor Público dar-se-á no cargo de Defensor Público Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, com a participação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, obedecendo-se à ordem de classificação, para as nomeações.

Parágrafo Único - Aos concursos públicos de que trata o "caput" deste artigo, aplicam-se as normas constitucionais e legais que regulamentam os concursos para ingresso nos demais cargos públicos estaduais.

### Seção II

#### DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 18 - O candidato aprovado no concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública será nomeado pelo Governador do Estado para cargo inicial de carreira, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes.

Art. 19 - São requisitos para a posse:  
I - habilitação em exame de sanidade e capacidade física e mental, realizado pelo órgão oficial competente ou por entidades que este indicar;

II - declaração de acumulação de cargos ou empregos;

III - cumprimento das condições especiais previstas em lei e no regulamento do concurso;

IV - comprovação de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 20 - Os prazos para posse e exercício dos nomeados para cargo de Defensor Público são os estabelecidos para os demais servidores civis do Estado.

### Seção III

#### DA PROMOÇÃO

Art. 21 - A promoção é a elevação dos membros efetivos da Defensoria Pública do Estado de uma classe para outra da carreira.

Art. 22 - As promoções serão efetivadas por decreto governamental, obedecidos, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

§ 1º - É facultada a recusa à promoção, sem prejuízo do critério do preenchimento da vaga recusada.

§ 2º - No mês de janeiro de cada ano,

o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania mandará publicar, no Diário Oficial do Estado, a lista de antiguidade dos integrantes da carreira de Defensor Público em cada classe, devendo constar, individualmente, o tempo de serviço em anos, meses e dias na classe, na carreira, no serviço público estadual e no serviço público em outras esferas e poderes públicos, bem como o tempo computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º - A antiguidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 4º - Em caso de empate, será escolhido o mais antigo no cargo, persistindo o empate, o mais antigo na carreira e permanecendo ainda, o mais idoso.

§ 5º - A promoção por merecimento dependerá de lista triplíce para cada vaga, elaborada pelo Conselho Superior, em sessão secreta.

§ 6º - Os membros da Defensoria Pública do Estado somente poderão ser promovidos após dois anos de efetivo exercício na categoria, dispensado o interstício se não houver quem preencha tal requisito, ou se quem o preencher recusar a promoção.

§ 7º - É obrigatória a promoção do Defensor Público que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 23 desta lei.

Art. 23 - O Conselho Superior fixará critérios de ordem objetiva para a aferição de merecimento dos membros da Instituição, no efetivo exercício de suas funções, considerando-se, entre outros, a eficiência e a presteza demonstradas no desempenho das mesmas, em curso de atualização e a aprovação em cursos de aperfeiçoamento, de natureza jurídica, promovidos pela Instituição, ou por estabelecimentos de ensino superior, oficialmente reconhecidos.

§ 1º - Os cursos de aperfeiçoamento de que trata este artigo compreenderão, necessariamente, as seguintes atividades:

a) apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica;

b) defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora.

§ 2º - O Defensor Público que tiver cumprido penalidade imposta em processo administrativo disciplinar, estará impedido de concorrer a imediata promoção por merecimento.

Art. 24 - Serão incluídos na lista triplíce os nomes dos que obtiveram os votos da maioria absoluta dos votantes, procedendo-se a tantas votações quantas forem necessárias à composição da lista.

§ 1º - A lista de promoção por mereci-

mento poderá conter menos de três nomes, somente na hipótese dos remanescentes da classe, com os requisitos do interstício, somarem número inferior a três.

§ 2º - O Defensor Público que tiver figurado em três listas consecutivas de promoção por merecimento será obrigatoriamente promovido.

Art. 25 - O Conselho Superior da Defensoria Pública organizará as listas de promoção por merecimento no prazo de trinta dias contados da data do recebimento do respectivo expediente, observada a ordem de escrutínio, o número de votos obtidos pelos candidatos, bem como o número de vezes em que os mesmos tenham integrado listas anteriores.

Art. 26 - É lícita a recusa à promoção, que deverá ser manifestada na forma regulada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Parágrafo Único - Quando se tratar de recusa à promoção por antiguidade, a indicação recairá no Defensor Público em classificação imediatamente posterior.

### Capítulo III

#### DA INAMOVIBILIDADE E DA REMOÇÃO

Art. 27 - Os membros da Defensoria Pública do Estado são inamovíveis, salvo se apenas com remoção compulsória, na forma desta lei complementar.

Art. 28 - A remoção será feita a pedido ou por permuta, sempre entre membros da mesma classe da carreira.

Art. 29 - A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar.

Art. 30 - A remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral, nos quinze dias seguintes à publicação, no Diário Oficial, do aviso de existência da vaga.

§ 1º - Findo o prazo fixado no "caput" deste artigo e havendo mais de um candidato à remoção, será removido o mais antigo na categoria. Ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o melhor classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§ 2º - A remoção precederá o preenchimento de vaga por promoção.

Art. 31 - Quando por permuta, a remoção será concedida mediante requerimento dos interessados, atendida a conveniência

do serviço.

### Capítulo IV

#### DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

##### Seção I

#### DA REMUNERAÇÃO

Art. 32 - A remuneração dos cargos da carreira da Defensoria Pública compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias.

Art. 33 - Os vencimentos dos membros da Defensoria Pública não serão inferiores àqueles atribuídos às carreiras a que se refere o art. 135 da Constituição Federal.

§ 1º - Além do vencimento, poderão ser outorgadas, dentre outras, as seguintes vantagens:

- I - ajuda de custo para despesas de transporte e mudança;
- II - salário-família;
- III - auxílio-doença;
- IV - diárias;
- V - representação;
- VI - gratificação pela prestação de serviço especial;
- VII - gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 2º - Fica assegurado aos integrantes da carreira da Defensoria Pública, a percepção de verba de representação cujo valor será de 170% (cento e setenta por cento) do vencimento básico.

§ 3º - A vantagem de que trata o parágrafo anterior, integra os vencimentos do cargo para todos os efeitos legais.

##### Seção II

#### DAS FÉRIAS E DO AFASTAMENTO

Art. 34 - Os membros da Defensoria Pública do Estado terão direito a férias anuais de trinta dias, individual ou coletivamente.

Art. 35 - As férias dos membros da Defensoria Pública do Estado serão concedidas pela chefia a que estiverem subordinados.

Art. 36 - O afastamento para estudo ou missão no interesse da Defensoria Pública será autorizado na forma estabelecida para os demais servidores do Estado.

§ 1º - O afastamento de que trata este artigo somente será autorizado após o cumprimento do estágio probatório e pelo prazo máximo de dois anos.

§ 2º - Quando o interesse público o exigir, o afastamento poderá ser interrompido a juízo do Defensor Público-Geral.

##### Seção III

#### DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 37 - São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado:

I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições;

II - A inamovibilidade;

III - A irredutibilidade de vencimentos;

IV - A estabilidade;

V - os direitos, deveres e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, no que couber.

Art. 38 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado:

I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;

II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;

III - ser recolhido em prisão especial ou a sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública;

V - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

VI - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incommunicáveis;

VII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquérito e processos;

VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

IX - requisitar, de autoridade pública ou de seus agentes, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

X - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XI - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder;

XII - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

XIII - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a

autoridade competente;

XIV - aposentar-se com proventos integrais, compulsoriamente aos setenta anos de idade, por invalidez ou voluntariamente, aos trinta anos de serviço se mulher e aos trinta e cinco anos, se homem, após cinco anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo Único - Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

## Capítulo V

### DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

#### Seção I

##### DOS DEVERES

Art. 39 - São deveres dos membros da Defensoria Pública do Estado:

I - residir na localidade onde exercem suas funções;

II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes sejam atribuídos pelo Defensor Público-Geral;

III - representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;

IV - prestar informações aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado, quando solicitadas;

V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença;

VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

#### Seção II

##### DAS PROIBIÇÕES

Art. 40 - Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública do Estado é vedado:

I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;

II - requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos de sua profissão;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de



suas atribuições;

IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

V - exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

### Seção III DOS IMPEDIMENTOS

Art. 41 - É defeso aos membros da Defensoria Pública do Estado exercer suas funções em processo ou procedimento:

I - em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, Juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

VII - em outras hipóteses previstas em lei.

Art. 42 - Os membros da Defensoria Pública do Estado não podem participar de comissão, banca de concurso, ou de qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até terceiro grau.

### Seção IV DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

Art. 43 - A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública do Estado está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

§ 1º - Cabe ao Corregedor-Geral, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público-Geral relatório dos fatos apurados

e das providências a serem adotadas.

§ 2º - Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos membros da Defensoria Pública do Estado.

Art. 44 - Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas em lei, a violação dos deveres funcionais e vedações contidas nesta lei, bem como a prática de crime contra a Administração Pública ou ato de improbidade administrativa.

§ 1º - Os membros da Defensoria Pública do Estado são passíveis das seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão por até noventa dias;

III - remoção compulsória;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria.

§ 2º - A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação aos deveres e proibições funcionais, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave.

§ 3º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres ou proibições funcionais, pela sua gravidade, justificar a sua imposição.

§ 4º - A remoção compulsória será aplicada sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.

§ 5º - A pena de demissão será aplicável nas hipóteses previstas em lei, e no caso de reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória.

§ 6º - As penas de demissão e cassação da aposentadoria serão aplicadas pelo Governador do Estado e as demais pelo Defensor Público-Geral do Estado, garantida sempre a ampla defesa, sendo obrigatório o inquérito administrativo nos casos de aplicação de remoção compulsória, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria.

§ 7º - Prescreve em dois anos, a contar da data em que foram cometidas, as faltas puníveis com advertência, suspensão e remoção compulsória, aplicando-se, quanto às demais, os prazos previstos em lei.

Art. 45 - A qualquer tempo poderá ser requerida revisão do processo disciplinar, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar a inocência do apenado ou de justificar a imposição de pena mais branda.

§ 1º - Poderá requerer a instauração de processo revisional o próprio interessado ou, se falecido ou interdito, o seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 2º - Se for procedente a revisão, será tornado sem efeito o ato punitivo ou

aplicada a penalidade adequada restabelecendo-se os direitos pela punição, na sua plenitude.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 - Os Defensores Públicos do Estado estão sujeitos ao regime jurídico especial desta lei complementar e gozam de independência no exercício de suas funções, aplicando-se-lhes subsidiariamente, aos seus membros, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, da Carta Magna Federal, da Constituição Estadual e da legislação pertinente.

Art. 47 - É assegurado aos ocupantes de cargos efetivos do Advogado e aos advogados investidos na função, lotados ou em exercício na Defensoria Pública e Sistema Penitenciário do Estado, o direito à opção e enquadramento na carreira da Defensoria Pública do Estado.

§ 1º - Os cargos referidos neste artigo, passam a integrar o quadro permanente da Defensoria Pública do Estado.

§ 2º - Para os efeitos do contido no "caput" deste artigo, o interessado deverá encaminhar solicitação ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 48 - Ficam criados no Quadro da Defensoria Pública do Estado 150 (cento e cinquenta) cargos de Defensores Públicos, assim distribuídos:

- Classe I - 30 cargos
- Classe II - 90 cargos
- Classe III - 30 cargos

Art. 49 - O enquadramento de que trata o art. 47, será efetivado na carreira e a classificação dos optantes far-se-á mediante apostila de seus títulos, observados os critérios de pontuação a serem estabelecidos por ato conjunto do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania e do Secretário de Estado da Administração, no prazo de trinta dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 50 - Cabe ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania dispor sobre os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo para atender às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais da Defensoria.

Art. 51 - A Defensoria Pública do Estado adotará, mediante convênios, providências no sentido de selecionar, como estagiários, os acadêmicos de Direito que, comprovadamente, estejam matriculados nos

quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimentos de ensino oficialmente reconhecidos.

§ 1º - Os estagiários serão designados pelo Defensor Público-Geral, pelo período de um ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.

§ 2º - Os estagiários poderão ser dispensados do estágio, antes de decorrido o prazo de sua duração, nas seguintes hipóteses:

- a) a pedido;
- b) por prática de ato que justifique seu desligamento.

Art. 52 - Enquanto não houver integrantes na classe I da carreira da Defensoria Pública, o Corregedor-Geral da Defensoria Pública será escolhido dentre os Defensores Públicos da Classe imediatamente anterior.

Art. 53 - A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, através da Defensoria Pública do Estado poderá celebrar acordos, consórcios, convênios e contratos com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e particulares, respeitada a legislação pertinente, para a execução de seus serviços junto às populações mais necessitadas e para a prestação de assistência judiciária direta aos seus próprios servidores, bem como a obtenção de instalações adequadas às suas finalidades.

Art. 54 - Fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão de Chefe da Defensoria Pública do Paraná, símbolo DAS-2, para Corregedor-Geral da Defensoria Pública e do cargo mencionado no artigo 2º da Lei nº 9.645, de 11 de julho de 1991, para Assessor, mantidas as mesmas simbologias.

Art. 55 - Fica criado, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, um cargo de provimento em comissão de Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado, símbolo DAS-1.

Art. 56 - Os integrantes da carreira de Defensor Público terão vencimento básico nos valores estabelecidos no anexo único.

Art. 57 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações constantes do Orçamento do Estado.

Art. 58 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo a que se refere o art. 56

**QUADRO DE VENCIMENTOS DA CARREIRA DE  
DEFENSOR PÚBLICO**

CLASSE	VCTO. BÁSICO
Defensor Público-Classe I.....R\$ 1.380,96	
Defensor Público-Classe II.....R\$ 1.252,88	
Defensor Público-Classe III.....R\$ 1.124,80	

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 2781**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 004 e 005/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 2782**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação ao Projeto de Lei Complementar nº 294/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 15.12.94

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 2783**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação ao Projeto de Lei nº 430/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 2784**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na votação do Substitutivo Geral, da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 382/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 2786**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nºs 430/94, item 50; 427/94, item 48; 431/94, item 51; 416/94, item 24; 415/94, item 23; 414/94, item 22;

413/94, item 21, 382/94, item 09 e 383/94, item 10, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 2787**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação da Emenda Substitutiva Geral, da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 382/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 2800**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 341/94 de sua autoria, constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 2804**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação dos Projetos de Lei nºs 382, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405 e 400/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 2789**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER destaque para as Emendas nº 06 e 07, ao Projeto de Lei nº 382/94, item 09 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 2790**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER destaque para as Emendas nº 01 a 07 e 09, apresentadas ao Projeto de Lei nº 382/94, da ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) RENATO ADUR

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de emendas de interesse de todo o funcionalismo público do Estado do Paraná, cada uma representando um seguimento funcional e ou pretensões diversas.

Posto isso, devem ser votadas individualmente.

REQUERIMENTO N° 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER votação nominal ao Projeto de Lei n° 382/94 Mensagem n° 145/94, item n° 07 da Ordem do Dia de hoje, que diz respeito ao aumento do funcionalismo público.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário a realização de Sessões Extraordinárias quantas forem necessárias para o dia 15 de dezembro de 1994 no período matutino, REQUER, ainda a diminuição do interstício entre elas.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamto: Renato Adur, Ovídio Constantino e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 2799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições; REQUER, após ouvido o duto Plenário, adiamento por dez (10) sessões plenárias, do Projeto de Lei n° 336/94, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a revogação da Lei n° 10.437, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO N° 2780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 341/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de emenda, de sua autoria, ao Projeto de Lei n° 389/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada da emenda n° 08 (oito), ao Projeto de Lei n° 382/94, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez (10) sessões, do Projeto de Lei n° 434/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, de n° 313/94, por dez (10) sessões.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez (10) sessões, do Projeto de Lei n° 293/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOÃO IENSEN

Apoiamto: Geraldo Cartário

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez (10) sessões, do Projeto de Lei n° 292/94.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOÃO IENSEN

Apoiamto: Geraldo Cartário

REQUERIMENTO N° 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de Discussão e Votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, dos projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, e que tenham sofrido Emendas no curso de sua tramitação, constantes das Ordens do Dia, dos dias 13 e 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2793

Senhor Presidente.

Tendo em vista que tomarei posse no cargo de vice-Governadora do Paraná em 1° de janeiro de 1995, e o disposto no artigo 58, inciso II, letra "d", da Constituição do Estado do Paraná, renuncio ao mandato de Deputado Estadual, a partir de 31 de dezembro de 1994.

Limitada ao exposto, reafirmo protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do Doutor DOUGLAS AKIM.

Era o falecido Delegado de Polícia de 1.<sup>a</sup> Classe, ocupava o cargo de Diretor do Instituto de Identificação do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 166/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei complementar dispendo sobre a estruturação, organização e funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito a atenção dos Senhores Deputados. Nós temos diversos requerimentos de ontem, preferência de votação, autoria do Deputado José Tavares, requerimento de preferên-

cia de votação aos Projetos n°s 430, 427, 431, 416, 415, 414, 413, 382 e 383. **Aprovado.**

No mesmo sentido, do Deputado Anibal Khury, também de preferência para votação ao Projeto 382/94, está em votação. **Aprovado.**

Requerimento de preferência de discussão e votação do Deputado Anibal Khury aos Projetos n°s 382, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405 e 400. **Votação. Aprovado.**

Deputado Anibal Khury, preferência de discussão e votação aos Projetos de Decreto Legislativo n°s 004/94 e 005/94. **Aprovado.**

Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, de preferência de votação e discussão aos Projetos 294 e 430. **Aprovado.**

Antônio Annibelli, preferência de votação para o Projeto 341. **Aprovado.**

Atendendo as preferências de votação:

ITEM 50

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 164/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado. Aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 9.170.000,00 para o Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

ITEM 48

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 160/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 300.000,00, conforme especifica. Com Parecer C.C.J. **Aprovado.**

ITEM 51

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 163/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado. Aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 315.000,00, conforme especifica. **Aprovado.**

ITEM 24

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 416/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 155/94, que aprova crédito suplementar de R\$ 2.200.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pa-

gamentos devidos por sentenças judiciais, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J..

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, ontem, conversando com o Deputado Líder do Governo, o Deputado disse que recebeu informações da governadoria que era preciso que essa suplementação fosse votada. Quero registrar meu voto contrário, porque quando entrei nesta Casa, minha primeira preocupação foi o Porto de Paranaguá. E hoje, como último dia no Plenário desta Casa, continua sendo o Porto de Paranaguá.

Não é necessária essa suplementação como não foi necessária também a suplementação votada logo antes que essa. Esse dinheiro já foi contemplado por projetos que foram votados há 20 dias atrás e somente acertará por atos que foram criados no Governo Roberto Requião e no final do Governo Mário Pereira.

Estamos votando um tremendo marmelo. E, por conhecer exatamente o que está acontecendo, me posiciono contrário. E pediria aos Senhores Deputados que tiverem um pouco de conhecimento daquela área, que votem contrário a essa mensagem, totalmente inócua. Esse dinheiro poderia ter sido usado para o funcionalismo público.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 416/94. Em discussão. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Mais para dar uma satisfação ao Deputado Fregonese e à Casa, e principalmente tendo em vista as colocações que Sua Excelência acaba de fazer. Na realidade, o que nós estamos votando agora é o item 24, é uma mensagem do Executivo que busca autorização desta Casa para abertura de crédito suplementar no valor de dois milhões e duzentos mil reais, para a Secretaria dos Transportes, e o item 23 que virá em seguida, é, praticamente sobre o mesmo assunto, valores evidentemente diferentes para a mesma Secretaria, mas com o mesmo objeto.

Portanto, este item que estamos votando e o que vamos votar na sequência, se referem a crédito suplementar à Secretaria dos Transportes, à Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina para fazer face a despesas com precatórios judiciais decorrentes de decisões trabalhistas que servidores entraram com essas reclamações na Justiça do Trabalho e, freqüentemente, juízes da Justiça do Trabalho têm - por sentença, determinar o bloqueio de recursos na conta do Porto de Paranaguá.

E, por esta razão, é que o Governador, orientado pela sua assessoria, através da

Secretaria de Planejamento, dos Transportes e do Porto de Paranaguá, encaminha à Casa um pedido de autorização legislativa para fazer face a essas despesas, inclusive a esses bloqueios judiciais que o governo não tem como fugir.

Portanto, se a Casa não aprovar essas duas suplementações, servidores que ganharam na Justiça do Trabalho, vão ficar sem recursos, sem dinheiro, não vão receber as suas reclamações trabalhistas e, evidentemente, vai haver um buraco negro. Porque existe a decisão judicial, o Estado só pode pagar se tiver dotação orçamentária e é o que o Governador Mário Pereira busca nesta Casa neste momento. É rubrica orçamentária para atender essas decisões da Justiça do Trabalho do Paraná.

Obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - O Deputado Tavares tentou explicar, mas é tudo balela. Esse dinheiro já foi contemplado, já foi feito o remanejamento de dotações e digo mais, esse dinheiro já foi pago para os trabalhadores. Digo o banco, digo a hora e digo até o cheque que foi remetido ao Banco.

Agora, digo aos Senhores: não existe motivo algum para que se vote essa suplementação. Vamos votar. Posso até perder, mas mais uma vez perco com a razão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 416/94. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Com o meu voto contrário, com verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto em contrário do Deputado Lourenço Fregonese.

A matéria já está vencida, Deputado.

ITEM 23

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 154/94, crédito suplementar de R\$ 1.500.000,00, vigente ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pagamento dos trabalhadores sindicais, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Da mesma forma voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto em contrário do Deputado Lourenço Fregonese.

ITEM 22

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 153/94, que autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00 ao vigente orçamento próprio do DETRAN, visando atender despesas de recursos do Fundo de Modernização da PM, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 152/94, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 105.000,00, vigente ao orçamento da Universidade Estadual de Maringá, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Atendendo requerimento dos Deputados José Tavares e Anibal Khury, vamos agora ao Projeto de Lei n° 382/94.

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 382/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 145/94, em que ficam reajustados os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 14% (quatorze por cento), na forma do anexo conforme especifica. EMENDA SUBSTITUTIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 159/94. COM PARECER DA C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre este projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, requerimento de preferência de discussão e votação da emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n° 382/94, lembrando que a Emenda Substitutiva Geral é da C.C.J..

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Votamos agora o Projeto de Lei n° 382/94, que trata do aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Na primeira Sessão esta Casa votou o projeto original vindo do Executivo. A C.C.J. aprovou uma Emenda Substitutiva alterando os valores propostos pelo Executivo, no que ficou convencionado aqui se chamar aumento diferenciado e aprovou uma Emenda Substitutiva com aumento linear de

16%. A Mensagem do Governo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ao indicar aumento diferenciado procura, na continuidade do que já foi feito inúmeras vezes, recuperar poder de salário das categorias que estão com poder de salário defasado. Até concordo com manifestações que ouvi no Plenário no curso desta matéria que todo o salário do servidor está arrochado, está com defasagem, como o salário do servidor brasileiro, da iniciativa privada também está em defasagem. Mas, no entanto, esta matéria procura corrigir salários em defasagem de categorias que não foram contempladas com nenhum aumento diferenciado no curso dos quatro anos de Governo.

Nesse período houve aumento diferenciado sistematicamente a professores. Portanto não é novidade aumento diferenciado. Nesse período houve aumento diferenciado para os servidores do IAPAR; não é portanto nada de novo que vota nesta Casa do que dentro da possibilidade orçamentária do Estado se procure corrigir as camadas funcionais que estão em defasagem maior.

Ora, Srs. Deputados, foi feito todo o esforço possível pelos nossos companheiros para podermos dar o máximo que pudesse, mas respeitando a questão constitucional dos 65%.

Para termos uma idéia, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, liderados por José Tavares e Renato Adur, tivemos conversando com a Secretaria de Planejamento para ver a possibilidade de dar 16% linear e manter o diferenciado proposto pela matéria do Governo, de 14% emendarmos para dar 16% no linear. A Secretaria de Planejamento fez um estudo, levantou, veio e nos disse que se dêssemos 16% no linear, ao invés dos 14% proposto mais o diferenciado, passaria do 65% constitucional.

Então, notem Srs. Parlamentares, a responsabilidade que está tendo o Governo de não comprometer o futuro Governo além daquilo que determina a nossa Constituição. Mas entende o Governo que não pode permitir que funcionários de nível superior, que estão saindo do Estado a cada instante, depois de o Estado gastar em concursos com aperfeiçoamento em funcionários públicos que são efetivamente aqueles que fazem a máquina do Estado andar, que eles permaneçam com salários aviltados. Engenheiros, Agrônomos, Veterinários, Técnicos que estão abandonando o Estado por estarem com um salário de 700 reais. Não compromete a folha.

Tenho nesta Casa, Deputado José Tavares, doze anos de mandato, e nunca vi uma Mensagem de aumento chegar nesta Casa e se apresentar uma emenda reduzindo o aumento proposto. Já vi todas as Bancadas tentarem emendar para mais, nunca para menos. E não vale, nobre Deputado, o argumento de um



aumento em final, ou começo, ou meio de Governo. Tenho certeza absoluta, e aí é importante pensar naquele servidor que está aguardando o seu aumento, se tivesse essa Mensagem entrado aqui há seis meses atrás estaria sendo emendada para mais.

Temos na Polícia Militar, meus irmãos, algumas distorções que funcionários, policiais mais graduados recebem a menos do que policiais menos graduados, porque foi dado um aumento diferenciado aos oficiais superiores e não foi dado para o resto da corporação; procura-se corrigir hoje para que os oficiais tenham um aumento que lhes possa colocar a hierarquia em ordem uma vez mais.

Apelo a esta Casa, principalmente pelo fato de a Assembléia entrar em recesso no mês de janeiro a Assembléia não estará funcionando, no mês de fevereiro também não. Portanto, entra o novo Governo, vai conhecer a capacidade do Estado e qualquer correção que queira ser dada só vai entrar aqui em maio, junho do ano que vem. Portanto, haverá prejuízo às categorias que ficarem com diferenças.

Solicito aos companheiros desta Casa a aprovarmos a Mensagem original vinda do Governo do aumento diferenciado. Isso nada impede que o futuro Governador encaminhe, logo na sequência, para a Assembléia Legislativa, outras Mensagens, corrigindo categorias que estejam defasadas.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos nobres visitantes que se mantenham em silêncio, não se manifestando, para que possamos ter condições de levar adiante, com rapidez a nossa Sessão. Solicito ao Serviço de Segurança que adote providências, já recomendadas pela Presidência, com respeito às pessoas que não se comportam devidamente com os Parlamentares e os demais visitantes que se encontram nesse Plenário.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. observasse o Art. 20, inciso VI, para que pudessemos orientar o pessoal em relação à discussão da presente matéria. Que os oradores a se inscreverem, a partir desse momento, visto que o Regimento estabelece que deverão, para encaminhamento da matéria em discussão ser um orador contrário e outro a favor, que essa manifestação houvesse dos oradores a serem inscritos, visto o Deputado Caíto Quintana já ter se manifestado favorável à Emenda do Governo.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero encaminhar contrário ao requerimento e quero dizer o seguinte: nós do Partido dos Trabalhadores, continuamos com a mesma posição que sempre tivemos, somos favoráveis, acima de tudo ao serviço público. E entendemos que o serviço público, para ser eficaz, não pode prescindir da necessária valorização dos seus servidores que é a peça fundamental da qualidade do serviço.

A nossa posição parte de algumas premissas que consideramos fundamentais: Primeiro - a Mensagem que o Governo enviou a esta Casa, até agora, pelo que foi demonstrado, não compromete o futuro Governo e muito menos ultrapassa o limite constitucional dos gastos com o pessoal. Pelo contrário, segundo dados do DIEESE, o Estado do Paraná adota, inclusive, uma postura conservadora em relação aos critérios de fixação desse limite de 65%. O Estado do Paraná tem incluído nas suas contas, para fixar esse limite inclusive diárias, convênios com outros municípios, até vencimentos dos Senhores Deputados, Parlamentares, Secretários, que não são funcionários públicos, mas que são detentores de cargos políticos. Todos esses recursos, todos esses gastos têm sido incluído. E apesar dessa visão conservadora com relação aos gastos com o pessoal do Estado do Paraná até esse momento tem se mantido dentro dos limites.

Quero chamar a atenção dessa Casa de que quando veio a mensagem original do Governo do Estado propondo reajustes que iam de 7 até 42%, nós nos insurgimos contra aquela mensagem original, fruto de discussões, negociações, conseguimos estabelecer na mensagem do Governo um limite mínimo de 14% ao conjunto do funcionalismo. Agora, observamos, por iniciativa dos Deputados que irão compor a Bancada de sustentação do futuro Governo, daqueles que estão a procura de cargos, também do futuro Governo, se estabelece uma emenda dizendo que o reajuste será linear de 16%.

Quero citar, aqui, alguns dados aos Senhores Deputados. Disseram aqui que o reajuste diferenciado beneficiaria cinco mil funcionários. Tenho dados da Secretaria da Administração dando conta que esse reajuste diferenciado irá atingir cerca de 65 mil servidores do quadro geral do Estado. São exatamente aqueles servidores que normalmente, ao longo das mensagens que o Governo enviou a essa Casa durante a nossa legislatura ficaram de fora dos reajustes diferenciados. Essa é a questão fundamental. Muitos que hoje se insurgem contra os reajustes estavam votando, sempre votaram os reajustes diferenciados. Este Deputado chegou a ser chamado de canalha pelo Governador porque propúnhamos, numa época,



uma emenda dando reajuste linear. E no entanto a nossa posição sempre foi derrotada, e os reajustes diferenciados sempre foram sendo dados. Sabemos que o momento de se estabelecer a readequação de tabelas seria a elaboração de um plano de cargos e salários, que não veio a esta Casa, e que dificilmente virá antes de um ano, dois ou três do próximo Governo, e é preciso ter consciência disso, porque o próximo Governo vai refazer todas as contas. Segundo a Secretaria de Administração essa mensagem de reajuste diferenciado tem exatamente o objetivo de preparar a implantação de cargos e salários, preparar a adequação das carreiras de setores importantes do quadro geral do Estado que não têm carreira.

Então se o futuro governo tiver que fazer um plano de cargos e salários, corrigir distorções, ele vai precisar de uma quantidade de recursos tal que será impossível fornecer ou implantar um plano de cargo e salários. Essa é a questão que a Bancada de sustentação do futuro Governo do Estado não está se dando conta. Está entrando numa fria com esse negócio dos dezesseis por cento.

Para quem não sabe, vou dar um dado que ontem um amigo meu me fornecia. O IAPAR tinha há um ano atrás 240 funcionários; no último ano o IAPAR perdeu 40, dos 240 funcionários. Quarenta técnicos, muitos deles com mestrado, com doutorado, que desenvolveram pesquisas, que o Estado investiu para fazerem faculdades, universidades, pós-graduação, ganham uma mixaria e aí recebem uma proposta sedutora de uma multinacional que produz sementes. Aí o que acontece? Esse técnico vai trabalhar para a multinacional e larga os quadros do Estado.

Então, Senhores Deputados, o que estamos discutindo nessa mensagem não é simplesmente uma questão de reajuste, estamos aqui discutindo o patrimônio maior que o Estado tem, que são os seus quadros de funcionários. E temos que ter a responsabilidade de preservar este patrimônio.

Senhores Deputados, hoje, para vocês terem uma idéia, um técnico agrícola da Secretaria da Agricultura do Paraná tem um salário de cento e noventa e dois reais. Com a proposta do Governo, este salário vai para duzentos e sessenta reais. O técnico do IAPAR, da SEAB e da Saúde que ganha cento e noventa e dois, consegue atingir no final de carreira trezentos e cinquenta e dois reais. São os técnicos, as pessoas que conseguem implantar, executam políticas no Estado. Pela proposta da tabela que está sendo proposta esses funcionários vão ganhar duzentos e sessenta e quatrocentos e quarenta em final de carreira. Convenhamos, não é um grande salário.

Um engenheiro do Estado que toca as obras, que faz as medições, que mexe com a maior quantidade de dinheiro público, aquele que mede estrada para as empreiteiras para depois o Governo pagar, esse funcionário, esse engenheiro está ganhando quatrocentos e dezessete. Acho um perigo, inclusive, para o interesse do Estado que um engenheiro desse continue ganhando essa mixaria. Ele custará muito mais caro para o Estado se não resistir e sucumbir a propinas. Sabemos disso! Sabemos que determinados funcionários públicos não podem receber salários de fome porque podem comprometer o erário. Por que um juiz ganha bem? Porque ele julga grandes causas de interesses econômicos. E se esse juiz ganhar uma mixaria, aos poucos a corporação vai se corrompendo, vai sendo seduzida pela necessidade. A mesma coisa acontece com os fiscais da receita.

Então, é preciso ter responsabilidade quando se discute essa matéria. E é um absurdo a inversão de papéis ocorrida nesta Casa. Chego até a pensar que não seriam necessárias as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita a Vossa Excelência que conclua o encaminhamento do requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL - Queria dizer que do jeito que a coisa anda acho que é dispensável haver eleições para o Parlamento; basta trocarmos os governos, porque não é preciso renovar a Assembléia, pois aqui dentro trocou o Governo, a turma troca de camisa e troca de posição.

Espero que isso não aconteça nesta Casa.

Para concluir, Senhor presidente, quero chamar aqui a atenção de uma coisa: essa proposta linear de 16% vai inviabilizar muito mais as tentativas do futuro Governo de arrumar a casa e, quando ele tiver que arrumar a casa, vai ter mais recursos comprometidos no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência alerta pela última vez as pessoas que se encontram nas galerias que se comportem dentro daquilo que estabelece o Regimento, sob pena de adotarmos as providências que o Regimento determina de esvaziarmos as galerias.

Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Anibal Khury, para preferência de votação à emenda substitutiva-geral da C.C.J., ao Projeto de Lei nº 382/94.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Ainda sobre o mesmo projeto, requeri-

mento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, de destaque para as emendas n°s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 ao Projeto de Lei n° 382/94.

Em votação.

Aprovados os destaques.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá verificação de votação.

Solicito aos Deputados que retornem aos seus lugares, para procedermos à verificação de votação ao requerimento de destaque, apresentado pelo Deputado Renato Adur às emendas.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à votação dessas emendas, conforme o destaque requerido, queiram levantar-se.

Doze (12) Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que forem contrários, queiram levantar-se.

Trinta (30) Senhores Deputados se manifestam contrários.

Está rejeitado o requerimento de destaque.

De autoria do Deputado Toti Colaço: requer destaque para as emendas n°s 6 e 7.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Rejeitado.

De autoria do Deputado Renato Adur: requer votação nominal para o Projeto de Lei n° 382/94.

Em votação o requerimento.

Rejeitado.

O SR. RENATO ADUR - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei n° 382/94, bem como às emendas substitutivas, sejam votadas nominalmente, favoráveis à votação nominal, queiram levantar-se.

Dezessete (17) Senhores Deputados favoráveis à votação nominal.

Os Senhores Deputados que forem contrários à votação nominal, queiram levantar-se.

Vinte e sete (27) votam contrariamente à votação nominal.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - De conformidade com a votação, todas as emendas serão votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Plenário aprovou preferência de vota-

ção ao Substitutivo Geral da C.C.J..

Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., todas as demais emendas estarão prejudicadas.

O projeto está em votação.

Para encaminhar a votação, inscrito desde ontem, o Deputado Heinz Herwig, por dez minutos.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje estamos votando, naturalmente, mais um aumento de funcionários. É o 10°, 20°, 30°, nesses 4 anos que estamos aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E todos os aumentos que aqui vieram, permitiu um aumento diferenciado para algumas categorias. Nós, que nesses 4 anos fomos Deputado de Oposição ao atual Governo, sempre votamos favoravelmente a todos estes pleitos, porque sabemos da situação em que se encontra o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Conhecemos bem, principalmente, a situação dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do qual fazemos parte. Entramos há 30 anos através de concurso público para este Departamento, somos engenheiro, - com muito orgulho - do DER do Paraná. Estamos hoje Deputados, - por pouco tempo - e voltaremos ao convívio dos meus colegas engenheiros, laboratoristas, topógrafos, motoristas, serventes, escrivães, enfim, todos aqueles que no seu dia-a-dia trabalham em prol das rodovias do Estado do Paraná.

Sabemos bem da situação desses funcionários. Em sua maioria ganhando salário mínimo, são cinco mil funcionários que, por força de uma situação até totalmente diferente, porque estradas só são feitas para o Governo, o Governo apenas contrata serviços de estradas. São os nossos engenheiros, os nossos técnicos que se dedicam integralmente ao DER. Não têm como fazer outro serviço fora do horário normal, e dão dedicação exclusiva ao nosso Departamento.

E é por isso que estou aqui, como funcionário desse Departamento, sabedor da situação em que se encontram, para pedir, pedir aos meus colegas, aos meus Deputados, com os quais convivi esses 4 anos, para que pensem, reflitam, cada um naturalmente em sua posição, cada um vai votar com a sua consciência. E gostaria, de fato, que eu pudesse fazer um último pedido como Deputado que sou até o dia de hoje, para que pensassem nestes pobres funcionários. Talvez não nos engenheiros, do qual fazemos parte, mas naquele pobre funcionário que fica ao lado da estrada dia-a-dia fazendo a sua conservação: no sol, na chuva, para que as nossas rodovias continuem boas.

Pediria que cada um refletisse, de fato. Claro que existem prós e contras, talvez a oportunidade não fosse essa em final de governo. Eu também gostaria, sinceramente, que esta Mensagem tivesse vindo no primeiro dia do atual governo, para que os nossos funcionários pudessem ter o benefício desse aumento um pouco maior que esta sendo dado aos demais funcionários.

O Quadro Geral, claro, não tem o poder de mobilização, como têm, por exemplo, os professores, como têm outras categorias. Sabemos bem disso. Nós que acompanhamos o futuro Governador Jaime Lerner em todo o interior do Paraná, em todos os municípios do Paraná, sabemos do seu compromisso com todos os funcionários.

E temos certeza que ele saberá honrar os votos dados a ele. Nós sabemos que existe um compromisso muito sério do futuro Governador Jaime Lerner para que os funcionários do Estado do Paraná ao final do seu Governo possam ter um pouco mais de dignidade e possam ter um salário um pouco mais justo. Claro que o ideal é muito difícil de atingir, mas eu tenho convicção de que o futuro Governador vai poder fazer muito por nossos funcionários, mas também acredito que ele vai demandar algum tempo para isto. Vai assumir o Governo dia 1º, vai ter que se inteirar de uma série de coisas, das finanças, vai ser o seu secretário da Administração que vai ter que analisar a situação de todos os funcionários, não só do Quadro Geral e nem só dos professores.

Então, eu como funcionário, como engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem, sinto-me naturalmente impedido de votar, vou ter que me abster, o Regimento Interno não permite que se legisle em causa própria, e eu vou ter que, infelizmente, me abster de votar, mas vou pedir como um último pedido de um colega de vocês que pensem, meditem, se não é justo a esses funcionários do Quadro Geral do Estado do Paraná esse pequeno aumento ainda para que ele possa nesses próximos meses quando seguramente o futuro Governador Jaime Lerner vai apresentar uma proposta melhor ainda para o Estado do Paraná, para os funcionários, que eles possam ter nesse pouco tempo um alento para que possam viver com um pouco mais de dignidade ao longo desses próximos meses.

Pego, então, aos meus colegas Deputados, que reflitam, será que é tão importante essa diferença de 2%, de 14 para 16. Será que é tão importante isto? Será que nós não podemos com um pouco de esforço de cada um, eu sei que existem problemas em cima disto, mas com o esforço de cada um, nós podemos compensar para que depois todos possam ter o benefício do enquadramento da sua carreira, o seu salário mais

justo, os policiais, os professores, enfim, todos.

Como já falei, vou ter que me abster de votar como funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem que sou, beneficiário direto também desse aumento diferenciado proposto pelo atual Governador Mário Pereira.

Vou me abster de votar. Regimentalmente e eticamente não poderia votar. Então, vou solicitar mais uma vez que cada um pense, reflita se esse aumento não pode ser dado a essa classe de funcionários do Quadro Geral do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Questão de Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de indagar a Presidência da possibilidade, mesmo que o Regimento Interno neste caso esteja impedindo o Deputado Heinz de votar, para que a Assembléia delibere que ele vote já que ele está deixando esta Casa.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - O Regi-

mento Interno não é o Deputado Neivo quem vai fazer. O Regimento Interno existe para ser cumprido. E a ética, a ética é muito mais importante do que qualquer Regimento Interno e é por isso que me sinto impedido ética e regimentalmente de votar.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Se for aprovado esse Substitutivo será o reajuste linear? É isto, Senhor Presidente? (Assentimento)

Então, eu quero saber se daí também o de 16% inclusive para os desembargadores e juizes que estão ganhando 26, os Deputados que vão ganhar mais de 100%, se todos... (Tumulto nas galerias com vozes interpostas) ...porque se os funcionários não podem, eu acho que daí todos os demais não poderiam.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Cada projeto será analisado e votado ao seu tempo e Vossa Excelência poderá proceder o encaminhamento e fazer as considerações necessárias.

A Mesa alerta ainda ao Plenário que, tendo em vista as emendas apresentadas, são emendas ao substitutivo geral; o que foi votado em Plenário foi o destaque para apreciação de cada emenda, como foi rejeitado todas as emendas serão votadas também em bloco, posteriormente a 1ª votação em destaque do substitutivo geral. Está em votação o substitutivo geral. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Está rejeitado. Está rejeitado o substitutivo geral.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Vossa Ex-

celência colocou em votação o substitutivo geral?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E os que fossem favoráveis permanecessem como estão.

A Mesa procederá Verificação de votação. Atendendo a requerimento do Deputado Lourenço Fregonese a Mesa procederá verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Pedi tempestivamente a palavra pela ordem, a platéia é testemunha disso, eu pedi a palavra pela ordem tempestivamente, antes de qualquer pedido de verificação de votação. A matéria, é matéria vencida Senhor Presidente.

(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu informo ao Deputado José Tavares que a matéria não está vencida porque nós não anunciamos a próxima matéria. Nós temos que atender o pedido de verificação de votação solicitado pelo Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Não faz dez minutos nesta Casa que ao votar uma matéria foi pedido verificação aqui e, V.Exa., em nome do Regimento Interno, declarou matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós já tínhamos anunciado a próxima matéria quando esse fato aconteceu.

Eu solicito aos nobres Deputados que retornem aos seus lugares para que possam proceder à verificação de votação. Os Deputados que aprovam o substitutivo geral queiram levantar-se.

Vinte e oito (28) Senhores Deputados aprovam.

18 rejeitam.

Está aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, eu gostaria que registrar, neste momento o voto das pessoas, dos Deputados que rejeitaram o Substitutivo Geral. Eu quero registrar o meu voto, bem como os Deputados Rosinha, Ovídio, Tavares, Djalma, Nilton Barbosa, Cartário, Caíto, Annibelli, Costenaro, Ernani Pudell, Durval Amaral, Toti Colaço, Kiélse, Troian, Duílio Genari, Severino Félix, Neivo Beraldin...

(Tumulto, vozes superpostas).

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, faltam poucas horas para que se encerre a nossa Legislatura. Como eu disse, dias atrás vi um "show" de oportunismo, e esse oportunismo continua. Votamos com a consciência que o futuro Governador irá arrumar...

(Vaias)

Podem vaiar, eu só gostaria que se registrasse que durante 12 anos, 12 anos o Governo do PMDB tripudiou e enganou o povo do Paraná...

(Tumulto, vozes superpostas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita novamente que as pessoas que se encontram neste Plenário mantenham o silêncio e o respeito umas com as outras.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero fazer um requerimento de modificação da ordem de votação, para que o pessoal aí em cima veja a coerência, porque vamos votar aqui, vamos criar cinco marajás que vão ganhar R\$ 3.000,00, que é uma emenda patrocinada pelo futuro Governador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é verdade, não é verdade.

(Tumulto, vaias, vozes superpostas)

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, duas questões: a primeira, para informar a Casa, é que lamento que o Deputado Fregonese esteja encerrando o seu Mandato de maneira tão controvertida.

Há poucos dias ele esteve numa reunião, no Plenarinho, aonde eu estava presente, com o conjunto dos servidores públicos e lá ele manifestou seu voto favorável ao Projeto do Governo e agora vem aqui com demagogia. Essa é uma informação. A segunda questão...

(Vaias, tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está suspensa a sessão, até que se estabeleça ordem na Plenário e nas galerias.

**Suspensa a sessão.**

Está reaberta a sessão, e esta Presidência solicita aos nobres visitantes que assentem-se em seus lugares nas galerias, para que possamos dar prosseguimento à sessão.

Nesse momento iremos apreciar em bloco...

DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Questão de Ordem é a seguinte, como a Mesa vai interpretar o Requerimento Interno na questão do Deputado Heinz Herwig que se diz impedido pelo Regimento Interno, de votação, enquanto o Deputado Paulo Maia, também como professor, não se considerou impedido e votou? Como a Mesa vai interpretar?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Paulo Maia não fez nenhuma manifestação com referência a se abster de votar.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares, para que possamos proceder à votação em bloco das emendas n.ºs 01 a 09. Todas com parecer favorável da C.C.J.. Emendas ao Substitutivo Geral.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Todas as emendas com parecer contrário da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Todas as emendas de Plenário ao Projeto n.º 382 estão conforme quanto ao aspecto legal, regimental e constitucional. Sendo assim, somos pela apreciação das mesmas pelo douto Plenário desse Poder Legislativo.

Não há manifestação em contrário da C.C.J., portanto, o parecer é favorável.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Está registrado em Ata daquela Comissão os votos contrários. Se houve encaminhamento de forma diferente à Mesa que conduz os trabalhos, essa recíproca não bate com o que foi decidido na C.C.J.. As emendas foram todas rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com parecer favorável ou contrário, o Plenário terá que se manifestar sobre as emendas.

Está em votação as emendas n.ºs 01 a 09, de Plenário, ao Substitutivo Geral aprovado pelo Plenário.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

**Rejeitadas as emendas.**

**O Projeto irá à 3.ª Discussão na próxima sessão extraordinária.**

A Mesa recebe, de autoria do Senhor Governador Mário Pereira, Mensagem, e encaminha ao 2º Secretário para que a leia. (A Mensagem encontra-se publicada no Expediente).

Atendendo à preferência de votação...

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente.

**(Assentimento).**

Acontecem na Casa hoje, alguns equívocos. Indago a Vossa Excelência com relação ao item 52, sobre o Projeto de Resolução n.º 53/94, que consta na Pauta da Ordem do Dia em 1.ª Discussão e no nosso acompanhamento e entendimento, seria hoje a sua redação final.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A assessoria da Mesa informa que o projeto está em 1.ª Discussão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Solicitaria a Vossa Excelência que pedisse à sua assessoria que pegasse a pauta da Ordem do Dia da sessão de ontem e anteontem, porque ele já passou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Acontece, Deputado Nilton Barbosa, que na sessão de ontem e anteontem, não houve deliberação a respeito desse projeto. Foi votada apenas a preferência naquela ocasião e o projeto não chegou a ser discutido e votado.

Portanto, ele retorna à Ordem do Dia em 1.ª Discussão.

A Presidência vai verificar, mas a informação é de que o projeto não foi votado.

O SR. NILTON BARBOSA - Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

**(Assentimento)**

Quero chamar a atenção de Vossa Excelência para um projeto, item 63 da pauta, que dispõe sobre cargos de assessor da Casa Civil do Governo do Estado. Consta aqui que este projeto tem parecer da C.C.J.. Este projeto não passou pela C.C.J., Senhor Presidente. Há um equívoco sobre a matéria e peço a Vossa Excelência que retire esse projeto da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita à sua assessoria que averigüe as informações prestadas por Vossa Excelência, e no momento oportuno decidiremos sua questão de ordem.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Gostaria que Vossa Excelência, antes de encerrar a sessão, consultasse a sua assessoria nos respondesse com relação ao Projeto de Resolução n.º 53/94, porque consta na nossa consciência e na de diversos Deputados, que já fora votado.

Então, gostaria que antes de encerrar a sessão, Vossa Excelência nos respondesse, porque hoje encerra o período, e eu gostaria de encerrar a minha participação na Assembléia cumprindo os meus compromissos.

Assumi o compromisso de criar o Município de Campinho, no Município de Ibaiti e gostaria de, mais uma vez, contar com a aprovação dos companheiros desta Casa.

Este projeto já foi votado, tenho certeza, Senhor Presidente, e gostaria que

terminasse hoje a votação de autorização para que se realize o plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá às averiguações necessárias quanto ao Projeto de Resolução nº 53/94, que Vossa Excelência informa já ter sido votado e também com relação ao Projeto nº 434/94, que o Deputado Ernani Pudell alega não ter parecer da C.C.J. e até o momento da votação dos mesmos, prestaremos esclarecimentos.

Atendendo às preferências de votação:

#### ITEM 10

##### VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 146/94, que objetiva o enquadramento de professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 11

##### VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/94, de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.C.J.. SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em discussão o projeto e as emendas.

Em discussão o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. JOSÉ RITTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 389/94 é oriundo do Tribunal de Contas e estabelece um reajuste às tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu uma emenda com o seguinte teor (Lê):

"Acrescente, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, sete cargos em Comissão, DS-3."

Esta emenda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma emenda estranha à mensagem original do Tribunal de Contas e ela contraria flagrantemente o artigo 68 e o artigo 137 da Constituição Estadual.

Em face desse fato, esse Parlamentar apresentou uma subemenda supressiva a esta emenda que foi apresentada na Comissão de

Constituição e Justiça.

Pego aos nobres Deputados que votem a minha subemenda supressiva, a qual extingue a criação desses cargos, e volto a repetir: é estranha à mensagem oriunda originalmente do Tribunal de Contas do Paraná.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No encaminhamento da votação do reajuste do funcionalismo público, companheiros desta Casa registraram a preocupação em relação às disparidades que pudessem haver entre outros segmentos do Poder Judiciário ou do Tribunal de Contas. Temos em mãos e estaremos encaminhando os nossos votos aos substitutivos gerais desses Poderes, objetivando adequá-los também ao mesmo percentual que se estabeleceu para os servidores indistintamente.

Por isso o encaminhamento em relação a este projeto, estaremos votando com o substitutivo geral e rejeitando a emenda que cria novos cargos no Tribunal de Contas. Acho que, se houve dificuldades em relação a esta situação do funcionário, deveremos ter coerência, e esta iniciativa não é apenas nossa. Temos que registrar que o próprio Tribunal de Contas teve essa preocupação na adequação do reajuste de seus funcionários, aos mesmos índices dos 16% que se está dando a todos os servidores.

Isso tem que ficar registrado na Casa, para que não se faça jogo para quem quer que seja. Estamos encaminhando a aprovação do substitutivo Geral aos 389 e temos certeza que está sendo aprovado, até por uma questão de coerência com o que se fez com o 382.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que o Deputado João Iensen, autor da emenda, encaminhou requerimento à Mesa, retirando-a. Deferido. Portanto, a emenda deixa de existir, como também, a subemenda do Deputado Ritti.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há tempos atrás ouvi uma manifestação do Deputado Fregonese dizendo de alguns oportunismos na Casa. De certo modo, até tenho que concordar com o companheiro Fregonese. Antes da manifestação do Deputado Paulo Maia, líder do PDT na Casa, manifesta-se o Deputado José Arthur Ritti dizendo que entrou com uma emenda supressiva à emenda do Deputado João Iensen, na C.C.J..

Mas deve se levar ao conhecimento desta Casa e sabe Vossa Excelência, sabe o 1º e o 2º Secretários, que antes da emenda Supressiva do Deputado Ritti, ele estava

com uma subemenda criando mais um cargo. É justo que se rejeite a criação de novos cargos no Tribunal de Contas do Paraná, mas não se pode louvar os oportunistas, aqueles que querem se fazer no final. Como dizem meus amigos do interior: "Depois da vaca morta, todo mundo quer sentar em cima."

Não se pode admitir! O Deputado João Iensen, atendendo o clamor - não do Tribunal de Contas - de algumas pessoas que o procuram, entrou com uma emenda dessa forma.

Votaremos contra a emenda, mas resguardando a posição do nobre companheiro João Iensen, que não foi de sua iniciativa. Mas jamais poderia aceitar o oportunismo, como é costume do jovem Deputado Ritti, dizer que entrou na C.C.J. com medida supressiva.

Sabe o 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, que ele tinha uma emenda criando mais um cargo. E não posso admitir, mesmo fazendo ele parte da Bancada que, honrosamente, lidero nesta Casa, não poderia aceitar.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Quero esclarecer ao Líder do PP que vou encaminhar à Mesa uma cópia da minha subemenda que agora deixa de existir também, pela retirada da emenda do Deputado João Iensen, no sentido de que se suprimisse a emenda criando os 7 cargos.

O SR. NILTON BARBOSA - Recebo com prazer a sua emenda, mas a primeira emenda que o Deputado Ritti entrou, criava mais um cargo. Que era para ele, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o substitutivo geral ao Projeto nº 389/94.

Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.

#### ITEM 12

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da Magistratura Paranaense. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em votação o substitutivo geral. Aprovado.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Requeiro chamada nominal.

(É feita a chamada nominal).

Há quórum para deliberação.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para procedermos à Verificação de Votação requerida pelo Deputado Paulo Maia.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Qual é o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Item nº 12, Projeto de Lei nº 397/94.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Pois é, aí, Senhor Presidente, estou requerendo um esclarecimento: houve uma Mensagem original que fixava o reajuste de 7%. É isto? Aí temos um Substitutivo? Qual é o índice de reajuste desse Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Substitutivo diz o seguinte:

O vencimento básico no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é fixado a partir de 1º de dezembro de 1994 em R\$ 1.606,66 reais.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - A nossa preocupação quando encaminhamos a votação contrária ao substitutivo era pelo fato de que na primeira Mensagem o índice estava acima em termos de 17%. Como o substitutivo do Tribunal de Contas ajusta os Desembargadores aos mesmos níveis, e jamais acima dos Secretários de Estado, que é um direito constitucional, nós estaremos aprovando este último substitutivo geral.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu fiz uma pergunta clara. Eu quero saber se o substitutivo, porque eu tenho algumas informações, pelo menos algumas pessoas estão dizendo, que esse valor fixado representa um reajuste na ordem de 26%, ou 27%. É quando nós sabemos que aí existe toda uma série de dispositivos legais, que são os limitadores do redutor, a questão das vinculações. Então, eu entendo que se isso for verdade nós não sabemos votar o substitutivo, temos que ficar com a Mensagem geral. E mesmo assim há o questionamento de 16 para 17 diante da matéria anteriormente aprovada. Mas essa informação que eu gostaria de ter, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em cima da proposta do Deputado Ernani Pudell eu até coloco à apreciação da Mesa Executiva se a informação que passei ao Plenário não condiz com a verdade de que o valor aí estabelecido ajusta o preceito constitucional ou não. Gostaria que essa questão de ordem fosse colocada a Plenário, porque obviamente nós estamos respeitando um índice para os servidores, e com certeza nós estaremos tra-



balhando em cima desse índice a todos os servidores. Na questão da Magistratura nós sabemos que existe um preceito constitucional, e se esse preceito vem sendo respeitado nesse substitutivo. No nosso entendimento sim.

Gostaria de um esclarecimento da Mesa a essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No entendimento da Mesa o preceito constitucional está respeitado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Da argumentação do Deputado Pudell e do Deputado Maia, parece-me que há alguma dúvida acerca dessa mensagem, dessa proposição.

Sugiro e posso fazê-lo por escrito se V.Exa. assim entender, que esse item seja o último a ser discutido na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo o apelo do Deputado Ernani Pudell e do Deputado Basílio Zanusso para que suscite dúvidas quanto ao substitutivo que estamos aprovando eu remeto ao Presidente da CCJ, para que com sua assessoria e da Mesa preste os esclarecimentos de qual é o percentual que está reajustado o salário da Magistratura.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é bom que mais uma vez nos conscientizemos da independência do Poder Judiciário, como da independência do Poder Legislativo. O Judiciário, como o Legislativo, tem no orçamento do Estado um percentual que lhes é destinado para atender as suas despesas com pessoal e manutenção. Se o Tribunal de Contas, se o Tribunal de Justiça, se a Assembleia Legislativa ultrapassar os limites estabelecidos pelo orçamento vigente, então haverá responsabilidade pessoal dos seus presidentes.

No caso da Assembleia Legislativa, Senhor Presidente, nós sabemos da preocupação permanente da Comissão Executiva, em não ultrapassar aquele limite constitucional que é destinado ao Poder Legislativo. Temos consciência disso e sabemos da preocupação permanente de V.Exa. do 1º Secretário e dos demais membros da Comissão Executiva.

Devemos acreditar, da mesma forma, no Poder Judiciário, o Poder Judiciário não ultrapassará o limite que lhe é destinado pelo orçamento geral do Estado. E, por essa razão não vejo porque haja dúvida por parte do Sr. líder do PDT ou do Sr. Deputado de Cascavel, Deputado Pudell, que naturalmente, preocupados com a situação financeira do Estado deveriam estar tranquilos porque haverá respeito ao percentual

estabelecido pelo orçamento do Estado. Se assim não for, haverá responsabilidade pessoal do Presidente, ou da Assembleia ou do Tribunal de Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, V.Exa. instou-me para dizer qual o percentual de aumento. Eu estranho que V.Exa. como chefe do Poder Legislativo faça essa interpelação ao Presidente da Comissão de Justiça, porque nós, no âmbito daquela Comissão, nos detemos em apenas um aspecto: a constitucionalidade ou não. Percentual é o Plenário que decide, se existe um percentual que extrapole o limite orçamentário do Tribunal de Justiça, cabe a este Plenário aqui corrigir; nunca à Comissão de Justiça. A Comissão de Justiça exarou seu parecer sobre o aspecto constitucional e é constitucional a Mensagem do Tribunal de Justiça. O limite orçamentário que é de 6 ou 7%, não me lembro bem, chama-se à responsabilidade o Presidente do Poder Judiciário, ou o Plenário corrija a extrapolação, se de fato houver.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Basílio Zanusso requereu deixar por último este item, só que este item foi aprovado em requerimento, por esta Plenária, de prioridade de votação. Então eu entendo que somente com outra votação pode deixar por último. E vou dizer porque é que querem deixar por último, porque os magistrados nesse Substitutivo Geral têm 26% de aumento e não os 16% de reajuste que foi aprovado para o resto dos servidores. Essa é que é a questão fundamental, vota-se agora, como foi aprovada para ver o comportamento agora, na hora de votar salário de juizes e desembargadores.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só quero reforçar a questão que considero fundamental pelo seguinte: - nós sabemos que os salários dos magistrados são todos normalmente como base para uma série de equiparações legais e funcionais, por exemplo dos juizes com os promotores, os promotores com os delegados. Isso nós sabemos e isso já gerou uma polêmica com o Governo do Requião, nós sabemos isso, todo mundo aqui participou. Vejam bem, isso pode estourar, a questão dos 7% do limite que o Poder tem, isso é discutível. O Tribunal de Contas vive ultrapassando o limite que lhe é atribuído no Regimento, por exemplo. Outra coisa, se aprovarmos esse salário corremos o risco de consumir todo o recurso ou grande parte do recurso do Poder Judiciário em pagamento de vencimentos. O Poder Judiciário tem outras atribuições. O que me parece é que está havendo uma vinculação com



essa proposta de Substitutivo com o salário do Poder Judiciário na esfera federal, e isso é muito perigoso. Eu acho que esta Casa, no mínimo, tem o direito de ter essa informação de uma forma transparente, para que nós possamos votar.

A Bancada de sustentação do Governo Jaime Lerner, que está tão preocupada em não dar aqueles 3% a mais que agora foram para fazer o reajuste de tabela, e não pode afrouxar agora, porque eu acho que o percentual de impacto vai ser muito maior, e tudo isso consta do limite Constitucional de 65%, nós correremos o risco de ter na classe aí muito bem remunerada e as custas dessa classe, nós vamos ter que achar durante muito tempo o salário da base, que é um problema sério, estão aí os Policiais, inclusive que eram contra os 14 e a favor dos 16, tem que abrir o olho, vai ter que abrir o olho, porque até agora tem jogado uns funcionários contra os outros, agora querem discutir salário de Juiz, Promotor, Delegado, etc.

Quer dizer, isso acho que é importante ter informação, depois 16%, a bancada do PT vota contra.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O Deputado Anibal Khury que conhece, conhecedor da matéria esclarece o Plenário sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência já determinou a Diretoria Legislativa, na pessoa da Doutora Lúcia, que proceda os levantamentos necessários, e os esclarecimentos para que possamos votar sabendo efetivamente o percentual que está se aplicando ao aumento da Magistratura do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Vossa Excelência, nos afirmava de que o que estava sendo estabelecido nesse Substitutivo Geral, era um preceito Constitucional. Baseando-nos nisso e nos seus fundamentos feitos nessa oportunidade pelo Deputado Ernani Pudell, requeiro a Vossa Excelência a leitura do Substitutivo Geral, para que não paire dúvidas, porque com certeza, nós não temos conhecimento aqui, se há qualquer questão de falcatura por baixo dos bastidores. Nós estamos votando o que está aí proposto, daí eu gostaria até para evitar quaisquer dúvidas que o Substitutivo fosse lido ao conhecimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao nobre 2º Secretário leitura do Substitutivo Geral.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Fui provocado aqui pelo eminente Deputado Ernani Pudell, para me manifestar sobre o assunto.

Devo dizer com absoluta certeza de que a Magistratura do Paraná, Ministério Público e Tribunal de Contas, aqui do nosso Estado, é o que ganha menos de todo Brasil. Por isso nós temos que prestigiar o Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, a matéria deveria ser estudada nas Comissões competentes, e não ser discutida, se vota contra aqui ou se vota a favor. Acho que é a hora da gente votar, decidir, se deve dar o aumento ou não deve dar.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Lê o Substitutivo)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa fica aguardando informação que será prestada pela Diretoria Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - A Mesa poderia informar ao Plenário o Parecer da Comissão de Justiça a esse Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Lê Parecer) - Foi rejeitado.

O parecer terá apreciação em Plenário. Esse assunto já transferimos para após os esclarecimentos que a Diretoria Legislativa nos fará.

ITEM 13

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Reajuste dos vencimentos do Poder Judiciário.

Com Parecer da CCJ e Substitutivo Geral do Tribunal de Justiça.

(Lê Parecer).

Está em votação...

O SR. DR. ROSINHA - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu só chamo atenção ao Projeto de Lei nº 398/94, nesse item que estamos discutindo agora, que o substitutivo Geral deixa bem claro quando reajusta o salário dos servidores do Tribunal de Justiça. Ele fixa claramente o percentual.

(Lê artigo 1º)

Isso é para mostrar que o Projeto anterior que foi adiada a votação coloca para os de cima, para os magistrados, para os juízes 26%, enquanto que para os de

baixo 16%. Por isso que nós do PT votaremos favoráveis agora a esse Substitutivo, já que é para tratar com isonomia, que trate todos com isonomia, e esperamos que tenha esse comportamento em relação aos magistrados naquela questão que foi adiada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei nº 398/94.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu creio que os esclarecimentos aqui prestados pelo Dr. Rosinha condizem com a posição de coerência, por isso nós estaremos votando com o substitutivo Geral.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 14

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, pela Ordem.

(Assentimento)

O substitutivo fixa um percentual ou é semelhante ao anterior?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É semelhante ao da magistratura.

O SR. ERNANI PUDELL - Então, eu faço um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, porque há um problema de vinculações. Nós não podemos fixar um vencimento para os conselheiros do Tribunal de Contas diferente do Poder Judiciário, do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência encaminhará este projeto à Diretoria Legislativa para os esclarecimentos.

#### ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do Cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

#### ITEM 16

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

402/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa a partir de 1º de dezembro de 1994 o vencimento básico mensal do Cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

#### ITEM 17

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

#### ITEM 18

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º de dezembro de 1994, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Os Projetos de Lei nºs 401, 402, 404 e 405/94 são encaminhados à Diretoria Legislativa para as informações necessárias.

Atendendo às preferências de votação:

#### ITEM 42

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento mensal de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado a partir de 1º de dezembro de 1994. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 139, de 28.11.94, Of. nº 2125/94).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, ao que me consta, o Projeto de Lei nº 400 corresponde ao item nº 15 - fixa o vencimento mensal do Cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e o 401 fixa o vencimento do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado. Talvez sejam dois projetos referentes a um mesmo caso.

O SR. JOSÉ TAVARES - Procede a preocupação do Deputado Colombino Grassano. É a repetição da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - À Di-

retoria Legislativa para fazer a ane-  
xção do Projeto de Lei nº 400 ao Projeto  
de Lei nº 401 ou, do 401 ao de nº 400.

Atendendo às preferências de votação:

## ITEM 06

## VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
294/94, de autoria do Poder Judiciário do  
Estado do Paraná, que altera a Lei nº  
7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de  
Organização e Divisão Judiciárias do Esta-  
do do Paraná) e adota outras providências.  
SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

A emenda que tinha sido apresentada na  
data de ontem, foi retirada pelo autor.

Em votação o projeto.

**Aprovado.**

Em se tratando de projeto de lei com-  
plementar necessita de quórum qualificado  
ou de votação unânime. Portanto, foi apro-  
vado por unanimidade, artigo por artigo.

## ITEM 54

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Le-  
gislativo nº 004/94, de autoria da Comis-  
são Executiva, que fixa, para a legislatu-  
ra a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995  
o valor da remuneração dos Deputados Esta-  
duais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..  
**Aprovado.**

## ITEM 55

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Le-  
gislativo nº 005/94, de autoria da Comis-  
são Executiva, que fixa a remuneração do  
Governador e vice-Governador do Estado do  
Paraná, na forma que especifica. COM PARE-  
CER FAVORÁVEL DA C.F..  
**Aprovado.**

Atendendo às preferências de votação:

Projeto de Lei nº 430 - Já foi votado.

## ITEM 61

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
341/94, de autoria do Deputado Antônio An-  
nibelli, que revoga o Parágrafo Único do  
Artigo 16 da Lei nº 9.937 de 20 de abril  
de 1992. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊN-  
CIA.

Sobre o referido projeto, requerimento  
de autoria do Sr. Paulo Maia, constante do  
expediente, solicitando a retirada da Or-  
dem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprova-  
do.**

Em votação o requerimento.

Os senhores Deputados que forem favo-  
ráveis, permaneçam como estão.

Rejeitado o requerimento.

O SR. PAULO MAIA - Peço verificação de vo-  
tação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Me-  
sa procederá à verificação de votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSO - Foi aprovado, Sr.  
Presidente.

O SR. PAULO MAIA - Se não houve manifes-  
tação, foi aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Veri-  
ficação de votação:

Os Srs. Deputados que forem favoráveis  
ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e sete são favoráveis ao reque-  
rimento de retirada da Ordem do Dia.

Dezoito são contrários - O Requerimen-  
to está aprovado e o Projeto retirado da  
Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

## ITEM 01

## VOTAÇÃO EM:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
315/94, de autoria do Poder Executivo -  
Mensagem nº 104/94, que cria o Conselho  
permanente dos Direitos Humanos do Estado  
do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL  
DA C.C.J. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER  
FAVORÁVEL ÀS EMENDAS N.ºs 02, 03, 04 e 05  
CONTRÁRIO À EMENDA DE N.º 01. APRECIAR NES-  
TE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2.<sup>a</sup> DISCUS-  
SÃO. **Aprovado.**

## ITEM 02

## VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
326/94, de autoria dos Deputados Dr. Rosi-  
nha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell,  
que institui o seguro agrícola no Sistema  
Financeiro Estadual. COM PARECERES FAVORÁ-  
VEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. EMENDA DE PLE-  
NÁRIO, COM PARECER DA C.C.J.. **Em Votação.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presi-  
dente, Srs. Deputados. Achemos esta  
iniciativa do projeto de lei de fundamen-  
tal importância e cremos que isso nós te-  
ríamos que ter apreciado no início da le-  
gislatura e eu já coloquei, inclusive, com  
os companheiros autores, a dificuldade na  
execução dessa proposta. E temos a certeza  
que os próprios companheiros haverão de  
encaminhar na próxima legislatura. Por is-  
so, nessa oportunidade, votaremos contrá-  
rio a esse projeto de lei.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)  
- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este  
projeto de lei ele prevê a instituição, a  
nossa Constituição Estadual prevê a insti-  
tuição do seguro agrícola no Estado do Pa-  
raná. Nós elaboramos o Projeto já em 93 e  
apresentamos a esta Casa. O projeto já tem

quase dois anos que tramita: passou pela CCJ com parecer favorável, pela Comissão de Agricultura com parecer favorável, pela Comissão de Finanças com parecer favorável. E, Srs. Deputados, nós, discutimos esse projeto com inúmeras entidades, representantes dos produtores rurais, aos sindicatos, com técnicos da Secretaria da Agricultura, com diversas entidades e todas entenderam importante e nos sugeriram modificações ao projeto.

No dia em que o projeto estava em primeira votação, conversamos com o Deputado José Tavares e com o Deputado Paulo Maia e o Deputado José Tavares, como Líder do Governo, entendeu por bem encaminhar o projeto para uma análise do Banco do Estado do Paraná. Enviou o projeto à Presidência do BANESTADO e a mesma enviou o projeto à Seguradora Gralha Azul para o seu parecer. E também enviou à Diretoria de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Paraná e nós recebemos um parecer, desses dois órgãos: do Banco do Estado e também, mais especificamente, da Diretoria de Crédito Agrícola. Estes pareceres nos sugeriram algumas alterações ao projeto que previa, de início, que o Estado deveria constituir uma seguradora para apreciação do Projeto. Entendendo que esse artigo do Projeto era inconstitucional pelo parecer recebido da assessoria do BANESTADO e da Seguradora, nós próprios apresentamos um de plenário retificando e atendendo aos pedidos de alterações com os debates que fizemos com as entidades representativas, bem como as sugestões dos órgãos técnicos que nos deram.

Portanto, o projeto tem um alcance social muito importante e esse substitutivo foi novamente a CCJ, recebeu novamente o parecer favorável e nós gostaríamos de solicitar ao Deputado Paulo Maia que aprovássemos o projeto, ele prevê inclusive um prazo de dois anos para estudos e implantação do projeto. Não é um projeto que seja, que tenha que ser imediatamente colocado em prática. O governo seja ele o atual ou seja o futuro, terá todo o tempo disponível para estudar, regulamentar o seguro rural, o seguro agrícola que virá trazer um grande benefício aos produtores rurais do Paraná.

Então, queria pedir ao Deputado Paulo Maia que aprovássemos esse projeto, ele já teve toda a sua tramitação legal, teve todas as alterações sugeridas, também transformadas no Substitutivo e ele prevê perfeitas condições para ser implantado pelo próximo Governo, isto com prazo de até dois anos para estudos e implementação do projeto.

Então, gostaria de pedir aos nobres Deputados que aprovássemos. Fizemos um esforço muito grande para que ele tramitasse nesse período final da Comissão de Justiça

para receber o Parecer do Substitutivo que foi efetuado, onde foram efetuadas todas as correções; eu diria que seria muito ruim se o rejeitássemos neste momento e peço a colaboração e a compreensão do Deputado Paulo Maia e de todos os Deputados que votemos o projeto e aprovemos.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, não nos manifestamos anteriormente nem na Comissão de Constituição e Justiça e nem no Plenário, mas gostaríamos de fazê-lo hoje e levar os nossos cumprimentos à Bancada do PT, os Deputados que tiveram a excelente idéia de fazer esse projeto de seguro agrícola. Todos nós sabemos do sofrimento da classe rural. Ora, chuva em exagero. Ora, seca. Não se tem a garantia necessária para que o produtor, para que o agricultor tenha a tranquilidade em saber que se plantando, se colhe quando esse tempo é favorável e se plantando com o tempo não favorável não se colhe e tem-se um seguro, como se tem seguro de casa, de automóvel, etc.

Então, acho que o projeto dos companheiros do PT dá ainda dois anos de prazo para sua implantação, desnecessário se faz rejeitarmos.

Então, quero fazer parte do clamor que faz o Deputado Constantino para o Líder do PDT, Deputado Paulo Maia, para que aprove-mos esse projeto e que nesses dois anos o futuro Governador, o futuro Presidente do BANESTADO e sua Diretoria analisem e façam-se as modificações necessárias, mas não deixemos de aprovar nesse turno porque há muito se faz necessário, não só, inclusive, a nível de Banco do Estado do Paraná, a nível de Brasil, de Banco do Brasil, para que todos os produtores tenham condições de plantar com segurança.

Também peço ao Deputado Paulo Maia e aos demais companheiros desta Casa que votemos favorável porque vamos contribuir para que os nossos produtores plantem com mais segurança, plantem com mais vontade.

O SR. CARLOS SIMÕES (Para Encaminhar) -

Quero parabenizar aqui em especial o Ovídio Constantino porque sei da sua luta, da sua região, é da minha região, e a preocupação que se tem em especial com o Sudoeste do Paraná, onde até uma época do Brasil era a região de maior minifúndios do Brasil. E onde há os minifúndios, há os prejuízos e não há reparos aos pequenos produtores rurais.

Pelo esforço, e esse projeto já acompanho com um tempo já li, já observei, já acompanhei, já ouvi do Ovídio, em especial, que é da área agrícola, eu acho que por mais que se tenha dificuldade de se colocar esse projeto na sequência de qualquer governo em operação, mas que vá aqui

da Assembléia uma sugestão, um esforço realizado pelos Deputados, e sabemos todos nós aqui que nem todas as matérias que foram aprovadas, que vão para o Executivo são legais, mas esta é uma idéia acima de tudo moral e uma idéia que vai fortalecer até o novo governo que assume aí, que mesmo que não se coloque esse projeto em execução, mas que vá esse projeto como subsídio, como idéia inicial para favorecer, ou melhor, para se fazer justiça em especial aos pequenos produtores rurais do Paraná que aos poucos vão deixando o interior e vindo para a grande capital. Voto favorável ao projeto, e também em homenagem à despedida do companheiro Deputado Ovídio Constantino da região Sudoeste do Paraná.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Queria pedir ao Deputado Paulo Maia que pudesse liberar a sua Bancada, o rolo compressor que se estabeleceu do lado de lá, para que os Deputados pudessem votar favoravelmente a esse Projeto do Ernani, do Ovídio e do Dr. Rosinha. Principalmente, faço um apelo aos Deputados, ao Deputados que são do Interior do Estado do Paraná, que convivem semanalmente com os problemas das nossas comunidades e principalmente os nossos agricultores. Existe o seguro de vida, se segura casa, se segura automóvel, aliás, há seguro para tudo hoje em dia dentro do nosso País, mas que no entretanto o próprio seguro de vida, o seguro à saúde, enfim; e ao agricultor que sofre todas as consequências, não existe um amparo legal, não existe um seguro que possa proteger a sua lavoura. Existe tão somente o famoso PROAGRO, que quando pago ainda ele somente ressarcir o agricultor daquilo que ele gastou, daquilo que ele financiou no Banco do Brasil, ou no Banco do Estado, ou qualquer uma outra instituição financeira, quando recebe, o seguro não existe.

Desta forma também quero fazer aqui um apelo e cumprimentar a Bancada do PT por terem essa iniciativa de colocar um projeto de um alcance muito grande a todo o Estado do Paraná.

E chamo atenção dos Deputados interioranos, que moram, que representam a força da agricultura do nosso Estado aqui na Capital, é importante que os senhores votem favoravelmente a este projeto de lei, e eu estou aqui inclusive pedindo vênias ao meu Líder, que tomei esta iniciativa de não ouvi-lo antes em razão de que eu tenho o maior interesse que seja aprovado este Projeto.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvimos as argumentações e concordamos com todas

elas. A única ressalva que faço aqui ao companheiro Toti Colaço, esse projeto vem rolando há dois anos, Deputado Toti, e esses mesmos discursos não foram feitos para viabilizar o projeto do Deputado Ovídio Constantino, que nos achamos de fundamental importância. Agora, o que estamos querendo não é inviabilizar o projeto, inclusive sugeri, e sugiro à Casa e ao Deputado Ovídio, a sua retirada por cinco ou dez Sessões, porque temos dificuldade, já falei inclusive com a Liderança do PMDB, é um projeto de alto alcance social, mas de uma inviabilidade para um Governo que se inicia.

Achamos a sugestão válida, achamos que de fato o agricultor jamais foi lembrado, achamos que este projeto vai preencher as necessidades dos pequenos agricultores, e temos certeza que essa idéia se vincula a proposta de agricultura que o futuro Governador tem. Mas nesse momento, temos dificuldade em aprová-la, não é que não achamos a idéia válida, é que temos dificuldade em viabilizar logo que o Governo assumira. Por isso estamos requerendo apenas uma coerência. O projeto é extremamente válido, é de extremo alcance social, mas inviabilizado para se adequá-lo ao início do próximo Governo. E temos certeza que os agricultores terão essa contemplação do futuro Governo.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Deputado Paulo Maia, temos aí dois ilustres Parlamentares do PT que, principalmente Dr. Ernani Pudell, que vem, está deixando hoje pela última vez o convívio tão agradável, e o Paraná perde um brilhante tribuno. A ausência dele será sentida, ele fará falta no nosso Parlamento, no ano que vem. Também perdemos o representante principalmente da Agricultura, da Bancada do PT, Ovídio Constantino, porque na verdade não estarão conosco o ano que vem.

Já que há interesse do futuro Governador em ajustar muita coisa no nosso Estado, pelo que observamos durante todos esses dias, aqui na Assembléia, por que não, já que tem ainda dois anos para se discutir, por que não aprovar esse projeto?

Inclusive esse Projeto aprovado aqui no Estado do Paraná vai servir de base para que o Congresso Nacional, lá em Brasília, eles poderão estabelecer o seguro agrícola, a nível nacional, com apoio das grandes instituições financeiras e também até da própria iniciativa privada, não somente dos Bancos oficiais.

Por essa razão não vejo motivo nenhum para não se aprovar esse projeto, tendo em vista que tem dois anos para ser aplicado, reajustado e readaptado.

O SR. PAULO MAIA - Acho que se assim

fosse, Deputado Toti Colaço, tenho certeza que interesse do Governador e de seu Secretário da Agricultura...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para com isso, Paulo Maia...

(Tumulto, vozes superpostas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência colocará o Substitutivo Geral, em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Ora, Sr. Presidente, dá licença, estamos votando um Projeto que institui o seguro agrícola, que não tem nada a ver com recurso público, um projeto de autoria de parlamentares, que não é do Executivo que está saindo nem do que vai entrar, é seguro agrícola, que não é de graça.

Há pouco comentei com o Deputado Hermas Brandão, e ele me dizia uma coisa verdadeira: "Você pode encontrar dificuldade em achar quem vai fazer seguro agrícola numa lavoura, porque vai custar caro". Ninguém vai fazer seguro agrícola de graça para o Governo pagar a lavoura perdida! O produtor, na hora em que ele vai financiar a sua safra ele vai optar se faz ou não o seguro. Se ele vai pagar uma taxa, nós vamos esperar dois anos para que os pequenos agricultores percam seis, sete, oito colheitas? Só para não votar este Projeto hoje? Isso não é questão de Governo que está saindo nem de Governo que está entrando, não é questão de ideologia nem de nada. É termos um instituto, seguradoras vão segurar; não compromete orçamento, não compromete receita, não cria cargo, não faz nada.

Quantos e quantos parlamentares aqui que se elegeram e se elegem com votos de agricultores? O Brasil inteiro clama por um seguro agrícola, Deputado Orlando Pessuti, e V.Exa. que é Presidente do Bloco Rural dessa Casa, quanto tempo o agricultor vai ficar pagando o PROAGRO que não recebe? E não terá o direito de fazer um seguro agrícola opcional?

Hoje dá para financiar tudo, carro, casa, bicicleta, agora o agricultor não pode segurar a sua safra, ele que está pagando? Agora o Deputado Paulo Maia acha que não, que devia ser apresentado antes? Se ficou aqui nas Comissões, se ficou aqui é porque não está sendo aprovado no afogadilho. Houve parecer de todos os institutos, dos bancos, da FAEP, da FETEP, de todo mundo!

Então, peço vênica, essa é uma questão que não é dogma de liderança, Srs. Deputados, vamos votar de acordo com a criação do seguro, tem dois anos para regulamentar, mas não é para o Governo pagar! Não é

possível, não tem dinheiro do Estado nisso, não tem responsabilidade nenhuma, não tem funcionário público!

Será que vamos negar isso ao agricultor?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, é para mais uma vez pedir à Bancada do PDT ao Deputado Paulo Maia, inclusive coloquei aqui, no meu encaminhamento que o projeto inicial previa que o Estado devia constituir uma seguradora e ele arcar com as despesas. Ouvimos diversas entidades, inclusive atendemos as sugestões do próprio Estado de que isso era impossível. Retiramos o artigo 7º do Projeto que previa que o Estado teria que fazer.

Inclusive há condições na Lei das Seguradoras particulares fazerem o projeto, e da forma como encaminhou o Deputado Caíto, o produtor vai pagar a apólice do seu seguro. Então não há essa necessidade de preocupação do Deputado Paulo Maia, porque vai inviabilizar, vai trazer problema para o futuro Governo.

Então peço mais uma vez à Bancada do PDT, de sustentação ao futuro governo para que votemos, e tenho certeza que Jaime Lerner terá o maior prazer em implementar isso, porque é o que interessa ao produtor, e precisa se salvar a agricultura nesse Estado, e principalmente o pequeno produtor. Hoje o PROAGRO tem agricultor que tem cinco anos deferido e não recebeu, porque tem que ir lá em Brasília, lá no Banco Central. Isso aqui prevê que no Estado se resolva isso rapidamente para o agricultor poder refazer a sua produção, refazer a sua plantação, e isso trazer mais produção ao Estado.

Esse projeto vem beneficiar o Estado, o próprio Governo vai ter mais receita nisso. Essa experiência é feita em São Paulo. Existe uma companhia de seguros em São Paulo, inclusive tenho aqui um parecer que diz que o projeto é viável e que está funcionando há muitos anos. Então, é uma questão concreta, vai trazer benefícios ao Estado, ao próprio Governo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Apenas quero parabenizar a Bancada do Partido dos Trabalhadores por essa proposição, uma vez que conhecemos profundamente as dificuldades do agricultor do nosso Estado.

Acho justa essa proposta que traz a Mesa da Assembléia para ser votada, uma vez que isso não envolve ônus ao Governo do Estado, e poder ser consórcio através das seguradoras.

Quero dizer ao ilustre Deputado Paulo Maia que sensibilize a sua Bancada para votarmos isso, porque vivemos no interior,

sabemos do sacrifício do homem do campo, de sol-a-sol, das dificuldades, da colheita do seu produto em relação aos preços, peço a Vossa Excelência que sensibilize a sua Bancada. Até concordo pela empolgação de Vossa Excelência, de que o futuro Governador do Paraná faça um grande governo - é o que desejo também - mas na verdade, se houver uma seca muito prolongada, o produtor perde o produto se não tiver seguro. E temos certeza que se houver uma seca prolongada, Deputado Paulo Maia, o Governador Jaime Lerner não vai poder cho-ver no Paraná.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para esclarecer as questões em cima das argumentações: estaremos acatando os acolhimentos e sugestões, e liberando a nossa Bancada para votar favorável ao projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como produtor, agricultor e conhecedor dos problemas do campo, vou votar a favor deste projeto, porque esse é um dos grandes motivos que o homem sai do campo e vem para a cidade. Os pequenos produtores não recebiam do PROAGRO quando tem algum problema de estiagem, algum problema da natureza, o produtor se inviabiliza no campo e vem para a cidade atrás de emprego.

Meu voto é a favor deste projeto, porque espero que desta maneira diminua esse problema a nível de campo, a nível de agricultura, a nível de pequenos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Substitutivo Geral ao Projeto 326/94. **Aprovado, artigo por artigo.** O projeto irá a 3.<sup>a</sup> discussão na próxima sessão.

#### ITEM 03

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 755/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração de folhas de pagamento dos servidores aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em discussão o Projeto, ressalvadas as emendas. Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda n° 01. **Aprovada.**

Emenda n° 02. Em votação.

**Aprovada. O projeto irá à 3.<sup>a</sup> discussão.**

#### ITEM 04

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 052/94, de autoria do Deputado Ernani Puddell, que assegura a livre organização dos estudantes, na forma que especifica. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatório a apresentação do certificado de garantia estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Está em discussão o projeto, ressalvada a emenda. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. JOSÉ TAVARES - Com o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário do PT e do Deputado José Tavares.

Emenda n° 01, de autoria do Deputado Renato Adur. Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **APROVADA** a emenda. O projeto irá à terceira discussão.

#### ITEM 7

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 332/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 109/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 45 (quarenta e cinco) cargos de provimento efetivo, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 8

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 141/94, que ficam criados, na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos de provimento efetivo conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J..



**Aprovado, artigo por artigo.****ITEM 19****VOTAÇÃO EM**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 409/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 149/94. Anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à União do imóvel, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 20****VOTAÇÃO EM**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 151/94, que cria 58 cargos de provimento efetivo, no Quadro Geral do Estado para serem utilizados pelo Educandário São Francisco, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 25****VOTAÇÃO EM**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 417/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 156/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 436 cargos de provimento efetivo para serem utilizados pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 26****VOTAÇÃO EM**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 594/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

**ITEM 27****VOTAÇÃO EM**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a construção de um barracão nos Municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado.**

**ITEM 28****VOTAÇÃO EM**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 151/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que denomina Ponte Ayrton Senna da Silva, a Ponte que interliga Guaíra a Mato Grosso do Sul. REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI N° 151/94****P A R E C E R:**

O nobre Deputado Antonio Annibelli, em proposta configurado com Projeto de Lei, sob o n° 151/94, visa homenagear o ilustre brasileiro Ayrton Senna da Silva, denominando a ponte que interliga Guaíra, no Paraná ao vizinho Estado do Mato Grosso do Sul.

Analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, diante da informação constante no ofício n° 00448, de 23/06.94, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, onde se esclarece que trata-se de uma atribuição do Congresso Nacional tal deliberação, por se tratar de Rodovia Federal. Somos de parecer em rejeitar tal projeto por ser inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 151/94**

**P A R E C E R:**

De autoria do ilustre Deputado Antonio Annibelli, o projeto de lei em análise objetiva denominar "Ponte Ayrton Senna da Silva", a ponte que interliga Guaíra, a Mato Grosso do Sul.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou contrário à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, recebendo, portanto, o presente projeto de lei parecer contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

O projeto recebeu, nesta última ida à CCJ, pareceres contrários da CCJ e da Comissão de Obras Públicas e Comunicações. Desta forma o encaminhamento da votação será em contrário.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é uma das mais meritórias homenagens ao nosso campeão Ayrton Senna. Só me preocupa o seguinte: Se a Assembléia de Mato Grosso do Sul aprovar projeto igual a esse, dando outro nome àquela ponte, vamos dividir a ponte ao meio do rio, com um nome para cá e um para lá?

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os que aprovam o projeto queiram levantar-se.



tar-se. Aprovado.

## ITEM 29

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/94, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## ITEM 30

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 334/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 113/94, que fica o Poder Executivo autorizado a doar veículos de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, que se encontram cedidos a outros órgãos da administração estadual e as prefeituras municipais, aos respectivos órgãos e município. Aprovado.

## ITEM 31

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 338/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera composição do colegiado instituído pela lei n° 4978, de 05 de dezembro de 1964. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 32

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 343/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que fixa os valores para gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e aos árbitros dos juizados especiais de pequenas causas, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado.

## ITEM 33

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 351/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 119/94, que revoga a Lei n° 9.661, de 15 de julho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel onde está localizado o prédio da Escola Estadual Ermelino Matarazzo, no Município de Antonina. Aprovado.

## ITEM 34

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 120/94, que objetiva regulamentar o art. 37 da Constituição Estadual, o qual trata dos direitos do servidor público estadual eleito para cargos de direção sindical. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 35

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 355/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 121/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, área de terras de propriedade do Estado, localizadas no Município de Jacarezinho, conforme específica. Aprovado.

## ITEM 36

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/94, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Anita Gaspari Albuquerque. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 37

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 368/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 138/94, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis conforme específica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 38

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 39

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 378/94, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que suprime da Lei n° 5.340 de 24/05/66, a criação do Distrito Administrativo de Itacorá no Município de São Miguel do Iguçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 130, de 08.11.94.) Aprovado.

## ITEM 40

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 380/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública ao Casarão Cícero Moraes Colect, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado.

## ITEM 41

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 387/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o

Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 43

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Sociedade Evangelística "Os Atalaias de Cristo" - SEAC com sede e foro no Município de Mauá da Serra - Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 44

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 407/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 45

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo ad-14, ano 1975, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 46

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 425/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que institui auxílio-alimentação para servidores da administração direta e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 47

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 426/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense Alegria de Viver, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/94. **Em discussão, em votação.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pela mesma dúvida levantada pelo Deputado Nilton Barbosa, eu também quero levantar, porque acredito que essa matéria como a do Deputado Nilton Barbosa que eu acompanhei, devem ter sido votadas na Sessão de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não

foram votadas porque tanto na terça como na quarta a Sessão se interrompeu e os projetos tiveram, apenas, a discussão encerrada. Em votação o 427/94. **Aprovado.**

## ITEM 49

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 52

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 053/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campinho desmembrado do Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado.**

## ITEM 53

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 055/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão. **Aprovado.**

## ITEM 56

## VOTAÇÃO EM

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 292/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados João Iensen e Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 292/94 por 10 (dez) Sessões.

## ITEM 57

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 293/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados João Iensen e Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 293/94, por 10 (dez) sessões.

## ITEM 58

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Chebli Mitre Abou Nabhan. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 103, de 24.09.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 306/94

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, tem por objetivo conceder título de cidadão benemérito do Paraná ao Senhor Chebli Nabhan.

Essa Comissão é chamada a analisar tal projeto, com relação à constitucionalidade e legalidade do mesmo.

Apresentamos o parecer favoravelmente. Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

## ITEM 59

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 101/94, objetiva permitir que a organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, seja equiparada a órgão oficial de Pesquisa, conforme específica. Com PARECER DA C.C.J. (**Não tem parecer**).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo de nº 313/94, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela Ordem) - Apenas para informar à Casa que esta Liderança assumiu o compromisso com o Líder Paulo Maia do PDT e está de acordo com a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento. **Aprovado e retirado o Projeto, por 10 (dez) Sessões.**

## ITEM 60

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 115/94, fica revogada a Lei nº 10.437, de 30 de agosto de 1993, que dispõe sobre reutilização pelas Polícias Ci-

vil e Militar, de armas apreendidas no Estado do Paraná.

Sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria do Deputado José A. Ritti, requerimento pedindo o adiamento da discussão e votação desta matéria por 10 (dez) Sessões. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Apenas para manifestar a nossa posição contrária à retirada da matéria, Senhor Presidente, e pedir aos nobres colegas que votem com a Mensagem do Governo.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Da mesma forma o procedimento da nossa Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento. **Rejeitado o Requerimento.** Em Discussão. Em votação o Projeto. **Aprovado.**

## ITEM 62

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 165/94, que autoriza a doar terreno de sua propriedade à Fundação Cardíaco. Conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. (**Não tem parecer. Aprovado**). (Publ. no D.A. nº 149, de 13.12.94 - Mens.).

## ITEM 63

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre cargos de Assessor da Casa Civil do Governo do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

PROJETO DE LEI Nº 434/94  
EMENDA ADITIVA Nº 362/94

Inclua-se, onde couber no projeto de Lei nº 362/94, o seguinte artigo:

Art. ... - Ficam transformados, 21 (vinte e um) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, da Casa Civil, em:

05 (cinco) cargos de Assessor Especial do Governador A-1;

05 (cinco) cargos de Assessor da Governadoria Símbolo DAS-1 e;

01 (Hum) cargo de Chefe de Gabinete do Governador A-1;

02 (dois) cargos de Assessor da Vice-Governadoria, símbolo DAS-5.

Parágrafo Único- Fica fixado o vencimento mensal, do cargo de Assessor A- 1, em CR\$ 1.496,89 (hum mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos).

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Paulo Maia, Erondy Silvério, Costenaro Neto e Plauto Miró Guimarães.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda, objetiva transformar cargos em comissão DAS-5, em cargos de Assessorias, visando dotar a chefia do Poder Executivo e Vice-Governadoria de menor número e cargos para serem preenchidos em funções de estrita confiança.

Esta Emenda não aumenta a despesa, pelo contrário, diminui em aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

21 cargos DAS-5

21 X 824,17 = 17.307,57

06 X A-1 = 1.496,89 = 8.931,84

05 X DAS-1 = 1.272,35 = 6.361,75

02 X DAS-5 = 824,17 = 1.648,24

-----  
16.941,83

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 434/94**

**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Anibal Khury, dispõe sobre cargos de assessor da Casa Civil do Governo do Estado.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação ao referido Projeto, nada encontramos que impeça a normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Esse Projeto não passou pela C.C.J. Eu fiz uma questão de Ordem a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa a Vossa Excelência que encontra-se de posse e anexado ao Projeto: Parecer ao Projeto 434 firmado por oito Senhores Deputados em reunião da C.C.J.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu participei de todas as reuniões da C.C.J. assinei todos os Pareceres aos projetos que foram lá relatados...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada por dez Sessões, do Projeto nº 434/94, Aprovado. Mas o Projeto passou pela C.C.J. e tem o Parecer.

O SR. ERNANI PUDELL - Não passou, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto del nº 434/94, por 10 (dez) Sessões.

ITEM 64

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 054/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Redação do Art. 1º da Resolução nº 43/94. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Não tem parecer) - Aprovado.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/94**

**A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**

**R E S O L V E:**

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução nº 43 de 05 de dezembro passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

Iniciando na foz do rio Cotia, junto à margem direita do rio Tibagi, na latitude de 24°46'40''S e 50°18'12'' W (Grw), segue o citado rio Cotia acima até a foz do arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor d'água, junto à estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o rio São João, segue o rio São João abaixo até a barra de um Arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí segue em linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao rio Jutuba, daí segue o rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do rio Pitangui, e segue por este afluente abaixo até o rio Pitangui, e segue o rio Pitangui abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e rio Pitangui abaixo alcançar a foz do rio Congonhas, e segue este acima até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, daí segue em linha reta até a cabeceira do arroio Barbado e segue este abaixo até a sua Foz junto ao rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A Resolução nº 43/94 sofreu algumas alterações em função do dispositivo técnico

co Memorial Descritivo apresentar algumas incorreções.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Do Distrito de Carambei, que abrange parte do Município de Castro e Ponta Grossa, Estado do Paraná.

#### Descrição:

Iniciando na foz do rio Cotia, junto à margem direita do rio Tibagi, na latitude de 24°46'40''S e 50°18'12'' W (Grw), segue o citado rio Cotia acima até a foz do arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor d'água, junto à estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o rio São João, segue o rio São João abaixo até a barra de um Arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí segue em linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao rio Jutuba, daí segue o rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do rio Pitangui, e segue por este afluente abaixo até o rio Pitangui, e segue o rio Pitangui abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e rio Pitangui abaixo alcançar a foz do rio Congonhas, e segue este acima até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, daí segue em linha reta até a cabeceira do arroio Barbado e segue este abaixo até a sua Foz junto ao rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

#### RESOLUÇÃO Nº 043/94

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a

criação do Município de Carambei.

"Começa na foz do arroio do Areião, no rio Pitangui, sobe por este até alcançar sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o Lageado da Cotia, pela qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do rio Pitangui e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida estação, daí desce o referido afluente até sua foz no rio Jutuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitangui, ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.12.94.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

#### ITEM 65

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 056/94, de autoria da Comissão de Constituição e justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a BANESTADO S/A - Reflorestadora, Terras devolutas nos Municípios de Castro, Ponta Grossa e Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56/94

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a BANESTADO S/A - Reflorestadora, área de terras devolutas situadas nos Municípios de Castro, Ponta Grossa e Campo Largo, que, somadas, totalizam 1.895,8000, objetivo da Mensagem nº 162/94, do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Esta Presidência suspende a presente Sessão por alguns minutos para que possamos analisar os Pareceres da Diretoria Legislativa com referência ao projeto de aumento da magistratura, Ministério Público e Tribunal de Contas.

(Está Suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Enquanto chegamos a alguns entendimentos vamos votar alguns Requerimentos:

Requerimento nº 2794 de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 2796 e 2797 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Deputada Emilia Belinati nos remete a seguinte correspondência: (Lê):

Curitiba, 15 de dezembro de 1994.  
Senhor Presidente.

Tendo em vista que tomarei posse no cargo de vice-Governadora do Paraná em 1º de janeiro de 1995, e o disposto no Artigo 58, inciso II, letra d da constituição do Estado do Paraná, renuncio ao mandato de Deputada Estadual, a partir de 31 de dezembro de 1994.

Limitada ao exposto, reafirmo protestos de estima e apreço.

(a) EMILIA BELINATI

**Publique-se no Diário Oficial da Assembleia Legislativa para que produza os efeitos legais.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no instante em que a Senhora Deputada Emilia Belinati renuncia o seu mandato de Deputada Estadual, depois de ter permanecido conosco nesses três anos e dez meses, é de se registrar Sr. Presidente a maneira com que, Sua Excelência, Deputada Emilia Belinati, se comportou nas Comissões, se comportou em Plenário, e em todos os momentos em que foi chamada a agir em comissões especiais. Sua Excelência deu nesta Casa uma demonstração de grande apego ao Paraná, de grande compreensão para com os seus problemas, dedicou-se inteiramente a parte legislativa; e ao deixar essa Assembleia Legislativa para guindar e assumir um posto mais elevado de agora vice-Governadora, ela se faz credora da nossa admiração e do nosso respeito.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que registre em Ata o voto de congratulações pelo comportamento, pela atuação e pela maneira digna e correta com que se comportou a Excelentíssima Senhora Deputada Emilia Belinati nesta 12ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma que ratificamos as palavras do Deputado Colombino Grassano, nós temos a certeza que a nossa Bancada, a Bancada do PDT e da coligação "Paraná Novos Caminhos", se sente engrandecida, envaidecida com a forma brilhante de atuação, não só da Deputada Emilia Belinati, mas da mulher paranaense representada na pessoa da grande companheira Emilia, que com certeza há de fazer pelo Paraná um brilhante trabalho também na vice-Governadoria do Estado.

Da mesma forma tenho que registrar a não necessidade de se apresentar com ante-

cipação este requerimento da Deputada Emilia Belinati, mas o espírito de grandeza, a seriedade, a honradez que fazem parte da conduta da Deputada Emilia Belinati, fazem também com que ela se engrandeça ainda mais quando toma esta decisão. Não é final de legislatura porque a Deputada Emilia Belinati ainda teria o mês de janeiro, mas em termos da sua coerência e da sua postura política, na nossa avaliação, dos seus companheiros de Bancada, ele comete mais um ato de grandeza, na sua jornada de vida pública.

Por isso nós nos somamos a ela, na certeza de que o Paraná haverá de ter, agora não na Assembleia Legislativa, mas na vice-Governadoria, pela primeira vez na História do Paraná, uma mulher, a presença da mulher paranaense, demonstrando um grande destaque, ocupando o espaço que é próprio da mulher. Nós temos a certeza da representatividade da mulher, como foi nessa Casa, como há de ser na vice-Governadoria.

E isso prova, que naquela oportunidade, em que o Governador eleito escolhia como sua vice uma mulher o fazia não pelo fato de ser mulher, mas pela conduta, pela história, pela luta da Deputada Emilia Belinati, que com honradez representou tão bem a mulher do Paraná na Assembleia Legislativa, e volto a repetir haverá de fazê-lo ainda com maior grandeza na vice-Governadoria do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estamos ouvindo aqui a renúncia da Deputada Emilia Belinati.

Eu indago a V.Exa. se com a renúncia da Deputada Emilia Belinati a Mesa não terá que convocar o suplente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa convocará, ainda nesta Sessão o Deputado Valderi Vilela.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - O ato de renúncia é um ato unilateral de vontade, não há renúncia a prestação. Eu creio que a Deputada não renunciou, ela apenas está manifestando um desejo de renunciar no dia 31 de dezembro. Por conseguinte não é possível convocar o suplente. Esta comunicação deve ser anotada para o dia 31 de dezembro, até lá a Deputada Emilia Belinati, que aqui honrou esta Casa, está com mandato legítimo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu, no aspecto jurídico, dessa solicitação da Deputada Emilia, questiono à Mesa na questão de um pedido de renúncia para o futuro. Como ficaria isso se eu entrasse com uma carta de renúncia hoje pedindo que a renúncia prevelesse a partir do dia

30? Apesar de sabermos que a última Sessão da Casa é hoje, é essa, mas eu concordo que a renúncia tenha que ser a partir da data de hoje, aí a Mesa poderá convocar o suplente. Eu acho um absurdo uma renúncia como um cheque pré-datado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que o mesmo comportamento adotou o governador Roberto Requião, no mês de março, em ofício que endereçou a esta Casa, comunicando que no dia 2 de abril renunciaria o seu mandato de Governador, com vistas à disputa ao Senado, e naquela ocasião foi aceito aquele ofício na forma apresentada.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só que o Governador Mário Pereira assumiu no dia 02 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Valderi Vilela também assumirá só no dia 1º de janeiro.

Esta Presidência, em função da manifestação da Deputada Emilia Belinati que afirma que: "renuncio ao meu Mandato a partir de 31 de dezembro," convoca o 1º suplente, Valderi Vilela, para assumir as suas funções a partir do dia 1º de janeiro de 1995.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, também por antecipação nós queremos desejar as boas vindas ao Deputado Valderi Vilela.

O SR. DURVAL AMARAL - (Pela Ordem) - A título de esclarecimento, a renúncia ainda não está formalizada, a Deputada Emilia pode voltar atrás, não que ela faça isso, até o último dia, possivelmente ela está premeditando a renúncia.

Se colocar convocando o Suplente, se ela resolver exercer o seu mandato até o final, possivelmente temos aí uma situação dupla.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se ela permanecer na Assembléia o Deputado Valderi não poderá assumir, evidentemente.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu entendo juridicamente que esta questão é a seguinte: A Deputada manifestou, por forças de um dispositivo constitucional o desejo de renunciar no dia 31 de dezembro. Só cria algum problema, quer dizer, o suplente tem que ser convocado se ela fizer um documento revendo essa decisão, aí pode gerar alguma discussão. Se não, até lá está tudo nos conformes, como diz. Ela pode, eventualmente, tentar rever essa posição, daí tem aquele problema de que a renúncia

é irrevogável, irretratável, mas não é o problema.

Então por uma questão de bom senso não vamos colocar o cavalo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência faz chegar ao conhecimento do Plenário o Artigo 69, do Regimento: "A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa por escrito, com firma reconhecida..." nós estamos aqui com o livro de assinaturas, confere a assinatura do Deputado..."independente da aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Diário da Assembléia."

Portanto, se a Deputada Emilia tiver interesse de não mais renunciar, ela deverá antes da publicação no Diário da Assembléia, manifestar o seu desejo de não renunciar a seu mandato de Deputada Estadual.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, o povo tem razão quando fala do Parlamento, tem muita conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento nº 2792, dos Deputados José Tavares, Paulo Maia e Ovídio Constantino, Renato Adur, solicitam a realização de Sessões Extraordinárias..."

Em votação. Aprovado.

Requerimento nº 1796, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação. Aprovado.

Conforme deliberação da Presidência e também do Plenário, alguns projetos tiveram sua votação deixada para o final da Sessão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto nº 397/94-  
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Registra-se, Senhor Presidente, o voto contrário da Bancada do PT ao Substitutivo Geral do Tribunal de Justiça, Projeto de Lei nº 397/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto irá à 3ª Discussão.

Votação do Projeto nº 399/94, Aprovado artigo por artigo.

O DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao item 14, Projeto de Lei nº 399/94.



Item 15,...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n° 401/94, na forma do Substitutivo Geral do Tribunal de Contas. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - O percentual também de 26%?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então, voto contrário da Bancada do PT, ao Projeto de Lei n° 401/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 2.<sup>a</sup> Discussão e votação, Projeto de Lei n° 402/94, do Tribunal de Contas, também, na forma do Substitutivo. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT ao Projeto de Lei n° 402/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 2.<sup>a</sup> Discussão e votação do Projeto de Lei n° 404/94. Substitutivo Geral da Procuradoria Geral da Justiça. Votação. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário para registrar na ata ao Projeto de Lei n° 404/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Votação, 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n° 405/94, de autoria do Ministério Público, na forma do Substitutivo. Está em votação. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Registro voto contrário da Bancada do PT, ao Projeto de Lei n° 405/94.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, ficou aquela questão levantada pelo Deputado Colombino da duplicidade de matéria do item 42.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto 400 foi anexado ao 401.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta Sessão Extraordinária, marcando outra para às 14:00 Horas.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero pedir a convocação, imediata, extraordinariamente da Assembléia Legislativa, pois implicaria em prejuízo aos Senhores Deputados que desejam apresentar emendas aos Projetos em 2.<sup>a</sup>

Discussão, um tempo de trinta minutos seria o suficiente para que cada um tomasse essa providência.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - A Sessão normal ordinária permanece convocada para as 14:30 horas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda não convocamos.

Esta Presidência convoca outra Sessão Extraordinária para as 13:40 horas para dar tempo de elaborar a Ordem do Dia, e a redação final de alguns projetos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só quero comunicar aos Senhores Deputados, que nós fizemos a nossa inscrição no Grande Expediente, e eu lamento dizer de que não vou abrir mão de usar o Grande Expediente.

Eu quero dizer aos Senhores Deputados que é preferível às 14:30, que alguém possa tomar um lanche ou almoçar ou então vão ter que ficar de cara feia com fome me ouvindo durante o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que se dirijam ao restaurante para almoçarmos e em seguida ....

O SR. DEPUTADO PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só gostaria que a Mesa informasse a Casa, sobre a Lei que trata do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será incluída na próxima Sessão Extraordinária.

O SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero comunicar a Casa que às 15:00 horas teremos um debate no Plenarinho respeito da questão da Lei Zico e implantação do Conselho Estadual do Desporto e do Fundo Especial do Desenvolvimento do Esporte no Paraná, com a presença do ex-Deputado, ex-Secretário do Desporto, do Ministério da Educação e do Desporto, Deputado Márcio Braga, a partir das 15 horas no Plenarinho da Assembléia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu ofereço uma sugestão a Vossa Excelência, se os Deputados concordarem, no sentido de iniciarmos o processo da Sessão, normalmente, Vossa Excelência solicitaria ao nosso departamento de restaurante, os lanches para os Deputados em Plenário e nós iríamos usando os Horários de Lideranças até a votação da matéria.

Então, a sugestão é que Vossa Excelência determinasse servir os lanches aos Deputados aqui em Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência já marcou a Sessão Extraordinária para as 13.40 para dar tempo, inclusive, da elaboração da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária e a preparação de redação final de alguns projetos cuja redação final foi aprovada por este Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 15, às 13.40 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 326/94, 775/93, 382, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404, e 405/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 594/93, 055, 151, 257, 334, 338, 343, 351, 352, 355, 358, 368, 370, 372, 378, 380, 387, 406, 407, 423, 425, 426, 427, 428, 430, 431/94 e dos Projetos de Resolução n.ºs 053, 055/94 e dos Decretos Legislativos n.ºs 004 e 005/94 e dos Projetos de Lei n.ºs 306, 336 e 433/94, e dos Projetos de Resolução n.ºs 054 e 056/94.

Levanta-se a sessão.